



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 04/X-4º/2012-13

1 - Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa Irmanadora, sita na rua Manuel Toucinho, na Costa da Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Designação de Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99).

3.2 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.3 - Retificação dos limites administrativos do Município de Almada com o Município do Seixal - alteração à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).

3.4 - Autorização de abertura de procedimentos concursais, mediante recrutamento excecional para preenchimento de postos de trabalho por tempo determinado para época balnear”

3.5 - Alteração dos Estatutos da ECALMA - Empresa Municipal de Estacionamento e Circulação E.M.”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; João Eduardo Alves de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moura Geraldês; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Henrique Mesquita Pires; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Miguel Ângelo Moura Salvado; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. nº 737/X-4º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Vítor Manuel Domingues Barata, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 664/X-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 654/X-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Miguel António Alves Duarte, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 745/X-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2012, (Ent. 746/X-4º), (**Conforme Anexo V**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 747/X-4º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal João Francisco Ludovico da Costa, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 748/X-4º), (**Conforme Anexo VII**).
- O Senhor Deputado Municipal Armando de Jesus Barata, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 719/X-4º), (**Conforme Anexo VIII**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 744/X-4º), (**Conforme Anexo IX**).
- A Senhora Deputada Municipal Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, com ausência no dia 27 de fevereiro de 2013, (Ent. 726/X-4º), (**Conforme Anexo X**).

4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- A Candidata Senhora Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. José Augusto Tavares Oliveira e por impedimento do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira - PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII**).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIX**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Miguel António Alves Duarte, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XX**).
- O Candidato Senhor Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXI**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista e por impedimento da cidadã Sr.^a Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXII e XXIII**).
- O Candidato Senhor Aníbal António Teixeira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. João Francisco Ludovico da Costa, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIV**).
- O Candidato Senhor Alfredo Manuel Chambel Rosa Oliveira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Armando de Jesus Barata e por impedimento do cidadão Sr. Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz e da cidadã Sr.^a Maria José Gaspar Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXV, XXVI e XXVII**).
- A Candidata Senhora Cristina Maria Antunes Fernandes Reis, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 27 de fevereiro, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais e por impedimento do cidadão Sr. Tiago André Cunha Reis, da cidadã Sr.^a Benvinda Conceição Nascimento Reis, do cidadão Sr. Carlos Alberto Gonçalves Alves Francisco e do cidadão Sr.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Inácio Francisco Simões de Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXVIII, XXIX, XXX, XXXI e XXXII**).

4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Caparica, da Costa da Caparica e do Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor José Alberto Santos Cabete, Senhora Patrícia Rocha Brighenti, Senhora Rosa Maria Simão Martins, (**Conforme Anexos XXXIII, XXXIV e XXXV**).

4.4 - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 183/X-4º ao 677/X-4º do Expediente Enviado do nº 95/X-4º ao nº 317/X-4º informou das decisões da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais através da Súmula N.º 24/X-4º/2012-2013, da Atividade dos Membros da Mesa em Representação da Assembleia através da Informação nº 01/X-4º/2012-2013 (Período de 01 de novembro a 26 de fevereiro de 2013), das Atas Nº 01/X-4º/2012-13, 02/X-4º/2012-13 e 03/X-4º/2012-13 e das Minuta das Atas Nº 01/X-4º/2012-13, 02/X-4º/2012-13 e 03/X-4º/2012-13 para posterior aprovação e ratificação.

4.5 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada (Ent. 742/X-4º) do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Charneca da Caparica e a não substituição da Sr.ª Deputada Municipal Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, respetivamente.

5 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia informou sobre os Requerimentos apresentados pelos Senhores Deputados Municipais e respetivas respostas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 5.1** - O Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco solicitando informação sobre a “6ª Alteração ao Orçamento Municipal a que foi dado o nº 27/CDS-PP/X-4º e que na última sessão foi dada a informação que se encontrava em tramitação.
- 5.1.1** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 557/GP, de 21 dezembro 2012.
- 5.1.2** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 21 dezembro 2012 através do ofício nº 138/X-4º.
- 5.2** - Foi apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena um Requerimento sobre “Simplificação de regime de acesso e de exercício de diversas atividades económicas no âmbito da iniciativa “Licenciamento Zero”.
- 5.2.1** - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de fevereiro de 2013, foi registado com a entrada nº 539/X-4º e designado com o nº 28/CDS-PP/X-4º.
- 5.2.2** - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 31 de janeiro de 2013, através do ofício nº 265/X-4º.
- 5.2.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 59/GP, de 15 fevereiro de 2013, entrada nº 643/X-4º, de 18 fevereiro 2013.
- 5.2.4** - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 19 fevereiro 2013, através do ofício nº 305/X-4º.
- 5.3** - O Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira sobre a revisão das taxas do IMI a que foi dado o nº 15/B/X-4º e na anterior Sessão se informou que estava em tramitação.
- 5.3.1** - Teve um primeiro parecer resposta da Autoridade Tributária e Aduaneira - Divisão do IMI através do ofício nº CG040.05.06 em 07 fevereiro 2013 com entrada nº 600/X-4º.
- 5.3.2** - A presente resposta foi enviada ao Sr. Deputado Municipal através do ofício nº 312/X-4º, em 20 fevereiro 2013.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.3.3 - Aguarda-se a resposta-parecer da CCDR-LVT e Inspeção Geral de Finanças.

5.4 - O Requerimento também apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira solicitando informação sobre a “Aplicação à Estrutura Orgânica Municipal do DL 49/2012, de 29 agosto, que teve o nº 16/X-4º, e que na anterior Sessão estava em tramitação.

5.4.1 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 554/GP, de 20 dezembro 2012.

5.4.2 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 137/X-4º, em 21 dezembro 2012.

5.5 - Foi apresentado pelos Srs. Deputados Municipais José Joaquim Leitão e Odete Alexandre um Requerimento sobre o “Serviço de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos”

5.5.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de janeiro de 2013, com a entrada nº 529/X-4º e designado de nº 06/PS/X-4º.

5.5.2 - O Requerimento foi submetido à Presidência da Câmara Municipal em 24 janeiro 2013, através do ofício nº 256/X-4º.

5.5.3 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício/e-mail de 25 janeiro 2013 com entrada nº 542/X-4º.

5.5.4 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 01 fevereiro 2013, através do ofício nº 267/X-4º.

5.6 - O Presidente da Assembleia informou que todos os Requerimentos e respetivas Respostas cumprem as normas regimentais, nomeadamente quanto a prazos

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Fernando Jorge Seixas Miguel, residente na Caparica.

6.1.1 - O Município Exm.º Senhor Fernando Jorge Seixas Miguel:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No dia 25 de julho de 2012, em sessão camarária dei conhecimento à Sr.^a Presidente da Câmara da existência de um concurso promovido pelo IHRU com o prazo limite até 30 de julho de 2012, concurso esse que procurava vender o Solar da Nossa Sr.^a da Conceição, que é parte integrante do imóvel do interesse municipal, situado no lugar de Alcaniça na Freguesia da Caparica. A Sr.^a Presidente da Câmara entre outras considerações afirmou que desconhecia tal processo. Perante esse facto no final da reunião, eu entreguei à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada, a descrição, os termos do concurso, numa cópia que estava sublinhada por mim. Cópia essa que acompanha no dia seguinte um e-mail dirigido à Chefe de Gabinete do Ministério da Administração Interna, acompanhava diria eu, um texto que teve como origem o Gabinete da Sr.^a Presidente da autoria do Sr. João Geraldês que diz e para o que interessa vou apenas ler este um excerto, sugerir a este Ministério que possa intervir neste processo de alienação daquele património público adquirindo o referido imóvel e qual esteve durante muitos anos cedido a uma entidade particular.

No dia 27/07 de 2012, porque isto era um processo que eu vinha dando conhecimento a várias entidades que pessoas singulares, nomeadamente à Câmara Municipal de Almada desde o dia 16, portanto a reunião foi no dia 25 e o termo do concurso era no dia 30 do mês de julho. No dia 27 o Chefe de Gabinete do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, responde o seguinte: “Não se verifica qualquer ilegalidade quanto à venda independentemente de estar classificado de Imóvel de Interesse Municipal, poderá o Município de Almada exercer o respetivo direito de preferência caso tenha interesse na sua aquisição”.

Temos aqui portanto, que enquanto a Câmara entende que o MAI devia adquirir esse imóvel, o MAI entende que é a Câmara que o deve fazer e continuamos neste jogo de sombras que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

já se perpetua há demasiado tempo. Entretanto a Direção Geral de Equipamento e Infraestruturas, remete uma resposta para o Ministério que eu citei anteriormente, dizendo assim: “Em 31 de outubro de 2012, veio a DGIE transmitir, via e-mail, o seguinte ponto de situação: a) “A Divisão de Projetos informou na altura que não se previa a instalação de um Posto Territorial da GNR nesta localidade e que a mesma não constava da lista de prioridades da GNR para novas construções ou reabilitações; b) Posteriormente, o Sr. Diretor-Geral vistoriou os locais referidos com elementos da Câmara Municipal de Almada e da GNR, onde foi informado por esta Força de Segurança que a área de jurisdição pertencia à PSP e não à GNR. Mas mesmo assim sendo, a GNR também informou que estas instalações não eram as mais adequadas para instalações de um Posto Territorial; c) Face a estas informações, decidiu o Sr. Diretor-Geral vistoriar estas instalações, agora com membros da PSP, que também concluíram que as mesmas eram exíguas para instalar uma Esquadra; d) Por outro lado, e em relação ao terreno referido (este terreno é um terreno que se situa na rua das Quintas, em frente do novo Minipreço e que já estava destinado ao ex-PIA para instalação de um Posto da GNR) seria para se iniciar um processo de construção de raiz, que neste momento, face aos constrangimentos orçamentais, não é a solução a seguir; e) De referir também que este concelho está numa área geográfica que não está abrangido pela possibilidade de se candidatar a fundos comunitários no âmbito da reabilitação urbana; f) Por último, voltamos a reiterar que continua a não existir por parte de nenhuma Força de Segurança a demonstração da necessidade de uma instalação nesta localidade”. Por último, e relevando o teor da informação prestada pela DGIE, foi dada resposta ao particular em questão, datada de 19 de novembro de 2012, onde se refere a inadequação do imóvel para servir de base à instalação das Forças de Segurança.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mediante isto eu fiz interrogações a todas estas entidades aqui referidas e à Câmara perguntei assim: “À Câmara Municipal de Almada: Com que fundamento entendeu esta autarquia que o solar da Quinta da Nossa Senhora da Conceição [parte integrante de um imóvel classificado de Interesse Municipal, que confronta para sul com a Quinta do Bicheiro, ambas as quintas unidas por um espaço pedonal, adjacente ao qual foram construídas estruturas para ajardinamento em espaço público, as quais nunca tiveram manutenção. Acresce que o IGAPHE, em 2001, referiu-se, em publicação, à Quinta de Bicheiro (parte deste conjunto unido pela pedonalização), como um dos “imóveis a reabilitar, na zona da Novas Cidade do Plano Integrado de Almada, com “possível uso de Biblioteca Local, Centro de Jovens e Centro de Dia”, assumindo o IGAPHE, portanto, uma caracterização deste conjunto, envolvendo as duas quintas, como um núcleo cultural para usufruto da população] reunia condições para a instalação de um Posto Territorial?”

Finalmente, à disposição de qualquer das entidades destinatárias que queiram responder: Porque é assumido que “continua a não existir por parte de nenhuma Força de Segurança a demonstração da necessidade de uma instalação nesta localidade”.”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Fernando Gonçalves Guedes, residente em Almada.

6.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Carlos Fernando Gonçalves Guedes:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O que me traz aqui é algo que extravasa o âmbito desta Assembleia. Entendo, ainda assim, que devo fazê-lo pois é nosso dever, enquanto cidadãos e cidadãs, usar todas as armas que estão ao nosso alcance.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

São estas as nossas armas. As que a Democracia nos disponibiliza e que devemos usar enquanto pudermos. Eu uso-as e lutarei pela sua defesa, manutenção e necessário aperfeiçoamento.

Vamos participando nestes exercícios de reanimação da Democracia, uma Democracia que está moribunda de tanto mal que lhe têm feito, mas que precisa destes e doutros momentos para que se mantenha viva a ideia de que o seu exercício não se esgota após uma eleição. A Democracia usa-se aqui. E usa-se no sábado, nas ruas de mais de 20 cidades portuguesas às quais se juntam ainda várias por esse mundo fora. Nesse dia o povo repetirá para quem o quiser ouvir que é ele «quem mais ordena».

Bem sei que há, nesta assembleia como fora dela, quem seja de Abril e quem seja de novembro. Também haverá quem não seja nem de um, nem de outro. Eu sou dos que se batem em defesa dos valores de Abril, dos seus soldados e capitães e do seu povo. Não sou dos que se penalizam pela morte recente dum homem, sim, dum homem, mas dum homem mau que teve o ensejo de fazer um pouco de bem na sua vida. Falo, naturalmente, de Jaime Neves. O homem que confessou ter participado no massacre de Wyriamu, em Tete, Moçambique, onde em dezembro de 1972, cerca de 400 habitantes foram mortos por tropas portuguesas, num autêntico crime contra a Humanidade.

Eu sou do povo. O meu pai foi soldado-marinheiro, agora reformado. A minha mãe era costureira, depois cozinheira. Gostamos os três do Zeca e do Salgueiro Maia.

No sábado estarei em Lisboa. Estarei por mim, por vós, pelas nossas crianças e pelo seu/nosso futuro. Mas estarei, também, pela minha mãe.

A minha mãe faleceu em outubro do ano passado e embora não tenha dúvidas de que foi a doença que a levou, tenho a certeza de que foi como foi, também, graças à degradação do nosso serviço Nacional de Saúde, levada a cabo, ao longo dos últimos quase 40 anos, pelos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

partidos daqueles que nesta Assembleia, normalmente, se sentam do centro para a minha direita.

Foi essa degradação que fez com que fosse preciso um mês para lhe ser feito um diagnóstico. Um diagnóstico mau que rapidamente se agravou. Em vez de uma doença má eram já duas, péssimas. É pois, também pela minha mãe e por todos os utentes do SNS que sairei à rua no sábado para exigir a demissão destas políticas e destes governos e a sua rápida substituição por alguém que nos saiba governar sem promessas falsas e com uma real e justa distribuição de trabalho e de riqueza. Alguém que nos permita ter uma vida digna e com direitos.

Peço-vos que o façam comigo.

Se nos fazem recuar ao século XIX nós estamos dispostos a fazer tudo de novo. Mas desta vez fá-lo-emos bem porque é infinita a nossa capacidade de aprender, aprender sempre. Mesmo ou ainda mais, com os nossos erros.

Uma palavra final para os verdadeiros heróis desta história. Os utentes do SNS e os seus trabalhadores.

Uma palavra especial, em meu nome, do meu pais e da minha família, de reconhecimento e agradecimento, para o Dr. Tiago Judas, a Dr.^a Maria do Céu Trindade e a Enfermeira Manuela Casmarrinha, bem como para todo o pessoal do 7º e 8º pisos do HGO, por todo o seu esforço e dedicação.

Muito obrigado.”

6.3 - Usou da palavra o Município Exm.^o Senhor António Maria Tomás, residente na Costa da Caparica.

6.3.1 - O Município Exm.^o Senhor António Maria Tomás:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O meu nome é António Tomás e estou aqui na qualidade de contribuinte e também comerciante desta terra. Sou fundador de uma pequena empresa que vai fazer brevemente em maio, 24 anos. Foi fundada por mim, minha mulher e um filho adolescente. Hoje, membros da família somos seis, trabalhamos nessa empresa. E mais de seis, sete, conseguimos ainda realizar para doze ordenados no fim do mês. Estamos na eminência também como outros colegas nossos, comerciantes desta terra, irem à falência. E na qualidade de contribuinte, imaginem doze ordenados e os IVAs que pagamos e tudo isso, quanto é que nós representamos em termos de contribuição para as despesas, digamos como contribuintes como, até para a despesa autárquica. E venho aqui publicamente protestar por notícias que têm vindo a lume dizendo que os nossos governos vão transferir para Câmaras Municipais que têm feito gestões escandalosas, que estão em situações de falência, vão transferir do Orçamento do Estado do nosso dinheiro como contribuintes, para cobrir os erros desses autarcas escandalosos. Significa isso que como contribuinte aqui desta terra que já tenho muita dificuldade em pagar os ordenados ao fim do mês aos nossos trabalhadores e também aos próprios familiares que também lá trabalhamos e sabemos também que o Governo já não atribui os valores que atribui à nossa Câmara Municipal, que também chamaria a atenção de todos os que estão aqui para, aquilo que nós e eu pessoalmente aprecio as boas práticas de gestão e é dizer aqui bem alto, não tenho complexos, que esta Câmara chegou em dezembro sem dívidas, isso tem que ser salientado, os munícipes desta terra têm que saber isso, é uma terra de maioria Comunista sim, não tenhamos complexos disso. Eu sou comerciante, hoje sou um pequeno empresário, mas não tenho complexo em dizer. Enquanto houver boas práticas de gestão seja que Partido for, eu estou com eles. E tenho que dizer aqui mais uma coisa porque há dias, várias vezes, um Senhor Camilo Lourenço que é um conhecido comentador económico, é Professor de Economia, disse várias



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vezes para quem quis ouvir que estes Partidos do arco do poder, já em trinta e quatro anos fizeram três bancas rotas. Mas também dizer aqui o seguinte; estes partidos do arco do poder já se tornaram muito conhecidos no Facebook, são os partidos do arco da corrupção. Isto tristemente temos que dizer, isto temos que denunciar nós todos em Portugal estamos a caminho da miséria e eu estou na eminência, já passei fome quando era criança, fundei uma pequena empresa que cresceu e agora está a diminuir.”

6.4 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Lídio Galinho - em representação do Sindicato dos Trabalhadores do Sul.

6.4.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Lídio Galinho:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Delegação Sindical dos Trabalhadores da Pesca do Sul, está hoje toda ela representada nesta sala. Viemos aqui para dizer o seguinte, dentro do rio Tejo existem trezentas e quarenta e cinco embarcações de pesca local. Duzentas e cinquenta e quatro registadas na Trafaria, cinquenta e sete no Barreiro e trinta e quatro em Vila Franca de Xira. Destas trezentas e quarenta e cinco embarcações de pesca local na sua maioria, a não ser algumas embarcações que saiam da praia, aqui da Fonte da Telha ou da Costa da Caparica, noventa por cento destas embarcações registadas na Trafaria, encontram-se todas dentro do rio Tejo. Queria dizer-lhes o seguinte, este não é o grosso da coluna. O grosso da coluna eram as embarcações de pesca costeira que visitavam o rio Tejo. Com o fecho da Docapesca destruíram a pesca, os pescadores e ficámos sem porto nenhum de abrigo dentro do rio Tejo. Nós dirigentes sindicais estamos acostumados desde o fecho da Docapesca a gastar cada vez mais dinheiro, foi aquilo que nos fizeram, a levar as nossas embarcações para a Margueira para a Doca da Rocha, e para outros locais, para ver se conseguíamos pôr as embarcações mais ou menos resguardadas. Nós demos conhecimento várias vezes de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

algumas embarcações nossas que foram ao fundo na Cova do Vapor e na Trafaria e aquilo que acontece é o seguinte, os seguros destas embarcações é muito caro, fomos nós pequenos armadores que tivemos que suportar o custo destas embarcações, os estragos, de todas as entidades oficiais, de promessas, os pescadores estão fartos. Aquilo que nós recebemos foi zero. O Sindicato ao longo destes anos todos, tudo fez no sentido de aproveitar o esporão que havia na Cova do Vapor no sentido de provisoriamente guardarmos lá as nossas embarcações. Há uma coisa quando há mau tempo temos que as tirar de lá, é o caso que vai acontecer segunda-feira, segunda-feira vai dar oito metros de mar e oitenta quilómetros de vento sudoeste, temos que agarrar nas nossas embarcações e leva-las para a Boca da Rocha ou para a Margueira para tentar salvaguardar aquilo que nós temos.

Conseguimos, de facto conseguimos aprovar nalgumas reuniões que nós fizemos na APL, tivemos apoio autárquico, de facto não o podemos negar, no sentido de fazermos aquele miniporto para nós guardarmos algumas embarcações que saem dali para águas oceânicas. Dissemos várias vezes às instituições, fazer um porto de pesca na Trafaria, só blocos. Na praia da Trafaria só blocos. Só blocos porquê? Nós quando temos lá as nossas embarcações ancoradas um bocadinho mais fora, vem os barcos cargueiros descarregar aos silos e atracam na muralha terra. O que é que acontece? Muitas das vezes as nossas embarcações estão em perigo com os rebocadores e com os barcos, e já assistimos ao rádio, alguns comandantes de barcos estarem a entrar em contacto com a Polícia Marítima no sentido de dizerem, vejam lá se tiram aquele barco dali que nós queremos fazer a manobra e não conseguimos. É o retrato que nós temos. Portanto, o que é que nós queremos dizer? Aquilo que nós queremos dizer aqui é que, queremos um Porto de Abrigo, queremos um grande Porto de Abrigo, que sirva estas trezentas e quarenta e cinco embarcações e todas as embarcações que antes faziam da Docapesca porto de armamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Não posso esquecer e não posso deixar de esquecer todo o apoio que a Sr.^a Presidente da Câmara tem dado no sentido daquele terreno entre os silos e a Ponte da Nato ser uma zona para a construção deste porto de abrigo. Também não quero deixar de apoiar, no qual o Sindicato tem trabalhado muito com essa Senhora, não quero deixar de não apoiar a Presidente da Junta de Freguesia, Sr.^a Francisca Parreira, tem estado sempre também ao lado do nosso sindicato no sentido de resolvermos todas estas situações. A todos os Vereadores, a todos os Deputados, a todos os que estão aqui presentes, quero dizer-vos o seguinte em nome do Sindicato, em nome dos trabalhadores que represento, estou de acordo e aplaudo todos aqueles que estejam contra os contentores, apoio todas as forças políticas que estejam contra aqueles contentores naquele local, os que não estiverem já sabem que não têm o nosso apoio.”

6.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação a esta última intervenção, o meu aplauso também pela presença do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul aqui na Assembleia Municipal. Dizer que acompanhamos de facto com muito empenho e com toda a atenção e com toda a solidariedade, todas as diligências que os Pescadores, os Sindicatos, aliás como aqui foi bem referido pelo nosso amigo Lídio Galinho, quer da parte da Câmara, quer da própria Junta de Freguesia, tudo aquilo que vão fazendo no sentido de procurarem soluções, nós próprios vamos intervindo diretamente e com eles. Mas de facto queria aqui deixar também nota de que nós temos agendado com o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Sul, uma reunião para o dia 07 de março, que é do conhecimento também dos próprios, exatamente para continuarmos o



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nosso diálogo relativamente aos problemas que tanto afetam os pescadores, conforme muito bem aqui foi referido e como também se percebeu da parte deste nosso interveniente que bem conhece a realidade, a oposição frontal aos contentores na Trafaria, ficou também aqui mais uma voz bem viva nesta Assembleia relativamente a esta matéria. Temos que conseguir soluções que não ponham em causa quem trabalha e que não ponham em causa atividades fundamentais aqui no nosso território, e é pelo diálogo, pela construção de soluções conjuntas que nós naturalmente defendemos o melhor que temos, conseguimos garantir o pão nosso de cada dia a quem trabalha no mar e a quem em terra precisa do alimento.

Queria deixar nota também ao Sr. António Tomás, também uma palavra de apreço, porque é uma pessoa muito interventiva, uma pessoa muito ativa, quer na sua atividade económica, quer enquanto no exercício da cidadania e em várias instituições têm dado prova disso. Obrigada pelas palavras de apreço que dirigiu à nossa autarquia no que diz respeito à gestão daquilo que é de todos, bem haja. Estamos muito preocupados naturalmente com as atividades económicas em geral e em particular com os micro e pequenos empresários, aqui deixou também a sua voz. Há situações que nos preocupam que esta Assembleia Municipal também irá debater no período de Antes da Ordem do Dia, e que têm a ver com preocupações bastante relevantes no que diz respeito às finanças locais e a outras problemáticas que afetam a gestão autárquica e por consequência a vida das populações, a vida dos agentes económicos, não só em Almada, mas a nível geral do País. Este alerta relativamente ao Serviço Nacional de Saúde não podemos estar indiferentes, porque a situação nos preocupa a todos, Deixar nota também, que há poucos dias tivemos uma reunião com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, nós, o Seixal e Sesimbra, dando conta das preocupações que temos quer em relação à saúde em geral, quer em relação ao nosso Hospital Garcia de Horta e às dificuldades que enfrenta, quer também no que diz respeito à



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

agregação dos dois Centros de Saúde, como sabem foi constituído um agrupamento dos Centros de Saúde de Almada e do Seixal, e portanto as agregações também já entraram na saúde, mas também em relação ao Hospital do Seixal. Portanto, não vou aqui naturalmente deter-me sobre o conteúdo da reunião, mas fica a palavra de que os autarcas no seu conjunto, do nosso Município, eu e o Presidente da Assembleia Municipal e dos outros dois municípios, regularmente diligenciamos encontros com os governantes para levarmos as preocupações que temos sobre os problemas que no dia-a-dia afetam as nossas populações, os profissionais de saúde e por via também das reformas que se vão por aí desenhando e implementando.

Em relação ao Sr. Fernando Miguel, queria felicita-lo por ser uma pessoa atenta, uma pessoa interventiva que vai junto de toda a gente, por vezes de uma forma muito insistente, mas que põe em evidência também a sua atenção relativamente àquilo que se passa no Concelho.

Queria deixar nota que é absolutamente fundamental que as instalações da GNR no Plano Integrado de Almada aconteçam, temos tido esta abordagem quer ao nível do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos, quer eu própria com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal junto do Sr. Ministro da Administração Interna, quer diariamente no seu gabinete, quer em encontros públicos onde temos tido oportunidade de o encontrar. Quando soubemos de um imóvel público do Estado, o ser do IHRU é público é do Estado, que estava disponível, naturalmente fizemos sentir ao Sr. Ministro da Administração Interna que havia essa possibilidade de o MAI poder utilizar esse imóvel público, esse imóvel do Estado para de uma forma temporária pelo tempo que fosse possível, porque não havendo dinheiro para novas construções, havendo um edifício na área em questão disponível, era de todo adequado que ele pudesse ser utilizado para um Posto da Guarda Nacional Republicana naquele território.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Até hoje não tenho uma resposta definitiva, o que me foi dito foi que o assunto estava em análise, e a seu tempo haveria de haver uma resposta. Portanto o nosso amigo como faz muitos contatos por vezes a informação que tem nem sempre é coincidente, porque a PSP não intervém naquele território, isto é um dossier muito antigo, a questão do terreno fronteira à rua das Quintas faz parte do passado, porque entretanto essa situação foi resolvida, a definição da força de segurança para aquele território foi resolvida posteriormente a esta questão que aqui nos trouxe.

Obrigada também pelo contributo.”

6.6 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Um Voto de Pesar, foi apresentado pela Mesa da Assembleia (apresentando o Voto de Pesar pelo falecimento de Victor Aparício).

7.1.1 - O Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Faleceu em Almada o Homem de Letras. Victor Aparício, conhecido e reconhecido Jornalista, escritor e associativista.

Victor Aparício nasceu em Alcântara, Lisboa em julho de 1942, mas desde 1958 fez toda a sua vida com residência em Almada.

Em 1968 foi convidado a colaborar no Jornal “República” onde a censura proibiu alguns dos seus contos. A partir de 1969 é jornalista no “Jornal de Almada” sendo muito conhecido pelos assuntos que abordava nas suas crónicas, pelas reportagens e entrevistas e pelo cariz popular dos seus contos.

Colaborou também nos jornais “Fogo e Paz”, “Praia do Sol” e na revista “Guerrilha” que se publicava na ex-colónias e no “Setubalense”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Na rádio teve várias colaborações entre as quais com Cidália Meireles no programa “Cidália nos Céus de Portugal”, nos programas regionais “Imagens Piedenses” e “Ondeárte” e no programa “Sons da Noite” na rede A - Rádio Almada.

Como refere Diamantino Lourenço em “OScala” sobre Victor Aparício “Dentro do seu ecletismo, no campo da escrita, tanto se dedicava e para isso tinha feito, à poesia, reportagens, crónica da vida quotidiana, como à entrevista, conto ou história”.

Victor Aparício é autor de reconhecida obra literária: “Sinfonia de uma Cidade”, poesia (1972); “ A Vantagem de ser Poeta”, poesia (1982); “Tonecas, a Tragédia que Enlutou Almada”, ensaio (1988); “Bernardo Francisco da Costa”, biografia (1990); “Fidelidade Almadense”, ensaio (1993); “Os Almadás”, biografia (1996); “Habitamentis”, narrativa (1999); “O Cego e o Gebo”, contos (1999); “E na Parada Ficaram Papoilas”, conto (2006); “Auto do Burlesco”, conto (2009); “Oliveira Feijão, Cacilhense Ilustre”, biografia (2010). Foi também coautor das obras: “Os Palmeiros e os Gafos de Cacilhas”, ensaio (1989); “Os Távoras de Caparica”, ensaio (1992), “Gente de Letras com Vínculo a Almada”, “Bio-biografias” (2005).

No prefácio à edição de 1988 do “Tonecas - A Tragédia que Enlutou Almada” - escreveu o saudoso Romeu Correia “Na comemoração deste cinquentenário, um trabalhador das letras dá à estampa um honesto relato do trágico acontecimento dessa noite. Não se poupou a canseiras e a gastos de tempo e de dinheiro para poder testemunhar aos vindouros o insólito evento que há anos o apaixonara. Trata-se do publicista Victor Aparício, cronista desta margem sul, que tem enriquecido as páginas da Imprensa regional há duas décadas com o talento de narrador. Homem modesto, que tem trepado a pulso, sem recorrer ao êxito fácil ou à subserviência tão frequentes neste tempo de salve-se quem puder...

O movimento associativo muito cedo lhe mereceu o melhor carinho e empenho para que os seus frutos sejam mais belos e saborosos. Autor do livro de poemas Sinfonia de uma Cidade,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

publicado em 1972, além de possuir colaboração da mais variada nos jornais, tais como República, O Setubalense, Fogo e Paz, Praia do sol, assim como textos para a Rádio, onde enriqueceu conhecidos programas. Mas é no Jornal de Almada, que maior e mais variada colaboração tem aparecido desde 1969. Publicista respeitado pela isenção dos trabalhos, assinando crónicas, artigos de opinião, reportagens, entrevistas e ficção.

A Câmara Municipal de Almada editando “Tonecas: A Tragédia que Enlutou Almada”, de Victor Aparício, associa-se a um honesto e imprescindível trabalho que a memória coletiva corria o risco de deturpar ou, como o tempo, deixar cair até no olvido.

É com prazer que abraço o companheiro de ofício e de labuta Victor Aparício, felicitando-o pelo preenchimento desta lacuna na bibliografia almadense”.

Victor Aparício fez também parte dos Corpos Gerentes da Sociedade Filarmónica Incrível Almadense e da SCALA e colaborou nos boletins associativos “O Incrível”, “O Ginásio”, o “OSCALA”, tendo sido diretor deste último. Foi também durante muitos anos o grande relator das sessões da Assembleia Municipal.

Foi agraciado pela Câmara Municipal de Almada por deliberação de 19 de junho de 1995 com a Medalha de Prata de Mérito Cultural.

Victor Aparício deixou-nos a 4 de Outubro de 2012, além de jornalista, escritor e associativista de mérito, foi cidadão empenhado pela causa pública que deixa saudades e caminhos.

Nestes termos e também momento de reconhecimento a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 27 de fevereiro de 2012, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Victor Aparício e apresenta à Família enlutada sentidas condolências.”

7.3 - Verificado o quórum e não havendo pedidos de palavra passou-se à votação do documento.

7.3.1- O Voto de Pesar pelo falecimento de Victor Aparício, apresentado pela Mesa da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.3.5 - Seguiu-se um minuto de silêncio de homenagem e em memória do Cidadão falecido.

7.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Cristina Coelho (apresentado Moção/Deliberação Em Defesa da Cultura); Mara Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro (apresentado Moção/Saudação sobre Candidatura da Arrábida a Património Mundial); João Geraldes (apresentado Moção/Deliberação sobre Orçamento Estado 2013 - normas inconstitucionais - Receitas do IMI); Sérgio Taipas (apresentado Moção/Saudação ao 30º Aniversário IMARGEM); Fernando Pena (apresentado Projeto Recomendação sobre Cartão Municipal para famílias numerosas); Sérgio Taipas (apresentando Moção/Deliberação sobre Vinte Anos da Casa da Cerca); Luísa Ramos (apresentando Moção/Deliberação sobre Arrendamento Urbano - Lei das Rendas e Resolução sobre Terminal de Contentores na Trafaria, e Moção/Deliberação sobre Requalificação Urbana e Valorização Ambiental e o Desenvolvimento da Costa da Caparica - O Plano Estratégico do Programa Polis); Ricardo Louça - Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade (apresentando Moção/Deliberação sobre Arsenal do Alfeite ao serviço da Marinha, dos Trabalhadores e do País); Elisabete Pereira (apresentando Moção/Saudação 8 de Março - Dia Internacional da Mulher); Luís Filipe Pereira (apresentando Moção/Deliberação Contra a Austeridade e o Empobrecimento); Miguel Salvado (apresentando Moção/Deliberação sobre Porto de Contentores na Trafaria); Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria; Ana Salvado; Sérgio Taipas; Nuno Avelar Pinheiro; Luís Filipe Pereira; José Joaquim Leitão; Fernando Pena; Miguel Salvado; Luísa Ramos e a Sr.ª Presidente da Câmara.

7.4.1 - A Sr.ª Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Deliberação Em Defesa da Cultura

"A cultura assusta muito. É uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo de escravos."

António Lobo Antunes

Considerando que temos vindo a assistir a vasta ação que visa a destruição de um conjunto de conquistas do 25 de Abril e que compreende e devasta o direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, o direito à saúde e à educação, ao desporto, à segurança e à habitação, à proteção social, a uma velhice digna, mas também o direito que cada criança e jovem tem a crescer e a viver no seu país e nele ter sonhos e expectativas para o futuro.

Neste caminho de destruição a Cultura tem vindo a sofrer por parte deste governo um ataque sem precedentes, com a perversão e a destruição do princípio de que a Cultura é também uma competência do estado central, um direito constitucional e portanto um serviço público; temos assistido porém a um crescente estrangulamento financeiro dos agentes culturais; e ao seu conseqüente desmantelamento, com a redução e desqualificação de serviços; com a centralização e agregação burocrática de instituições; as políticas de agressão à Cultura seguidas pelos últimos governos criaram uma situação insustentável, que colocou serviços e instituições à beira da paralisia e do colapso.

Esta situação de estrangulamento financeiro crescente nos últimos anos, que já havia colocado o orçamento disponível para a Cultura muito abaixo do nível da sua subsistência, agrava-se agora com novos cortes desta feita sob a bandeira da "austeridade" imposta pela troika e servilmente aceite por este governo PSD e CDS/PP.

Instituições fundamentais da democratização cultural no nosso país vêm ainda mais reduzidas as verbas com as quais já dificilmente exerciam a sua atividade e desenvolviam a sua ação,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a verdade é que os seus orçamentos atualmente já só conseguem manter o seu funcionamento e em alguns casos nem isso.

Depois dos cortes a que assistimos no OE/2011 e no OE/2012 aquilo que se perspetiva para 2013 será certamente o fim da linha para muitos projetos de grande mérito e valor cultural, nomeadamente para as áreas do património edificado, dos museus, dos sítios arqueológicos, das bibliotecas, dos arquivos, mas também das associações culturais e pequenas companhias, onde a catástrofe é já iminente. A criação contemporânea, os apoios aos teatros ao cinema encaminham-se para uma ainda maior desresponsabilização do Estado e para a simples entrega aos mecanismos do mercado e ao financiamento externo por privados com todas as consequências que daí advém nomeadamente no acesso que passa a ser condicionado e restrito.

A austeridade imposta à cultura não só destrói o que ainda existe, como destrói toda a hipótese de inovação de criação artística e desenvolvimento criativo, inibe o desenvolvimento cultural da população e torna-nos a todos e a cada um de nós incapazes de sonhar de criar de questionar e de existir, enquanto seres livres e dotados de uma verdadeira capacidade crítica e interventiva.

O anunciado condicionamento dos apoios aos resultados de bilheteira, a suspensão de contratos, o cancelamento de protocolos, a perda de autonomia financeira, a drástica redução dos orçamentos para os Teatros Nacionais - bem como as anunciadas ingerências na sua programação - significam o dramático agravamento da situação já existente. A cada ano que passa centenas de projetos valiosos não só são administrativamente e indefinidamente adiados como inviabilizados, são centenas os criadores e demais trabalhadores da cultura que se vêm inibidos de produzir e que perdem os seus postos de trabalho.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para o Governo e para a troika, a Cultura não é mais do que um mero agente decorativo numa sociedade que vive acima das suas possibilidades, um privilégio das elites, ao qual o povo teima em ter acesso.

O motor de um povo é também a sua inteligência cultural e o desenvolvimento do país passa necessariamente pela intervenção dos trabalhadores e do povo, onde a Cultura deve assumir um papel central. A Cultura enquanto serviço público que assegura o direito de todos ao acesso, à criação e à fruição cultural. A Cultura, elemento central na formação da consciência da soberania e da identidade nacional, dialogando, de igual para igual, com toda a cultura de todos os povos do mundo. A Cultura, com o seu imenso potencial de criação, liberdade, transformação e resistência.

É por tudo o exposto que os eleitos na Assembleia Municipal de Almada reunidos a 27 e 28 de Fevereiro na Costa da Caparica afirmam:

- a) É necessário e indispensável o reforço do apoio à cultura, o cumprimento dos financiamentos acordados e dos protocolos existentes;
- b) É tempo de pôr fim a este rumo de desastre e recuperar a soberania nacional e o caminho de desenvolvimento do país.
- c) Solidariza-se ainda com todos os agentes culturais que lutam e resistem, que protestam e que recusam este programa de agressão e que fazem da sua arte a sua luta; fazendo uso de toda a sua inteligência criativa, e contrariam este brutal retrocesso histórico, imposto pela maioria sob o manto da austeridade não só na cultura mas em todas as áreas da vida social.

Hoje como sempre a cultura é uma arma e saberemos usá-la em conformidade.”

7.4.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Mara Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro (CDU):



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação sobre candidatura da Arrábida a Património Mundial

No passado dia 1 de Fevereiro, o Estado Português, através de uma delegação da Associação de Municípios de Região de Setúbal, procedeu à entrega da Candidatura da Arrábida a Património Mundial no Centro de Património Mundial da UNESCO, em Paris.

A Arrábida estava presente na Lista Indicativa Portuguesa, desde 2004, enquanto sítio passível de classificação como Património Mundial. Com o parecer favorável ao dossiê de candidatura, no mês de Janeiro de 2013, do Grupo de Trabalho Interministerial para o Património Mundial junto da Comissão Nacional de UNESCO, obteve-se a confirmação que o trabalho científico e técnico de produção da Candidatura apresenta garantias de qualidade para sustentar a classificação da Arrábida enquanto Património Mundial.

Este facto marca um momento fundamental do processo de Candidatura da Arrábida a Património Mundial, confirmando a justeza da intenção regional de promover esta candidatura, uma das medidas do PEDEPES - Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal, enquanto projeto estratégico para a afirmação da Região de Setúbal ao nível nacional e internacional.

Num processo conduzido pela Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) em parceria com o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF) e os Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra (Comissão Executiva), a produção da Candidatura contou, ainda, com a participação de inúmeras entidades e personalidade que compõem a restante estrutura da Candidatura (Comissão Técnica, Comissão de Acompanhamento, Fórum e Comissão de Honra), destacando-se o envolvimento de investigadores e de instituições académicas e científicas entre elas, o Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa; o Departamento de Ciências da Terra da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nova de Lisboa; o Centro de Biologia Ambiental da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; o Centro de Biociências do Instituto Superior de Psicologia Aplicada; o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal; a Federação Portuguesa de Espeleologia e o Investigador Heitor Baptista Pato, que produziram parte significativa dos conteúdos científicos que suportam a candidatura.

É, ainda, importante salientar a participação ativa de diversas entidades e das populações na construção do processo, salientando-se a participação nas várias reuniões realizadas em torno do Plano de Gestão ou os concursos de fotografia e vídeo, promovidos pela AMRS, que permitiram a construção de um banco de imagens que ilustra a Candidatura.

Com a decisão de candidatar a Arrábida a Património Mundial, aprofundou-se o estudo e o conhecimento científico, comprovando-se o valor universal excecional do património natural e cultural da Arrábida. O processo de construção da candidatura revelou-se como um projeto promotor da autoestima das populações, e com a entrega da Candidatura no Centro de Património Mundial este é agora um projeto da Região de Setúbal e do País, confirmando-se como um motor do desenvolvimento da Região e de Portugal.

Assim, reconhecendo a importância da Candidatura da Arrábida a Património Mundial para a preservação e valorização do património cultural e natural, para a afirmação e desenvolvimento da Região de Setúbal, e de Portugal, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de Fevereiro de 2013, delibera:

1. Reafirmar o seu apoio à Candidatura da Arrábida a Património Mundial;
2. Saudar as entidades que conduzem o processo de Candidatura (Comissão Executiva), o conjunto dos Municípios da Região de Setúbal e todas as entidades que participaram neste processo pelo resultado agora obtido, manifestando a esperança na obtenção da classificação da Arrábida como Património Mundial;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Saudar todos aqueles que contribuíram com o seu esforço, dedicação e conhecimento para a elaboração do dossiê de Candidatura, salientando-se o papel determinante dos técnicos da AMRS, do ICNF e dos Municípios de Palmela, Setúbal e Sesimbra envolvidos no processo;
4. Manifestar o seu regozijo pelo parecer positivo do Grupo de Trabalho Interministerial e pela decisão do Estado Português proceder à entrega da Candidatura da Arrábida a Património Mundial na UNESCO, confirmando a dimensão nacional desta Candidatura da Região de Setúbal.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Orçamento Estado 2013 - normas inconstitucionais - Receitas do IMI

O exercício da governação - mesmo por um governo suportado e legitimado por uma maioria absoluta do número de Deputados na Assembleia da República representantes dos partidos políticos que o integram -, não pode nos termos da Constituição da República e das Leis, mas fundamentalmente nos termos da nossa Democracia conquistada em 25 de Abril de 1974, confundir-se jamais com um exercício despótico do poder, como se o governo de que falamos se encontrasse, porventura, investido de uma qualquer espécie de poder absoluto, como aquele que com a Revolução de Abril o Povo Português rejeitou e derrotou há quase 40 anos.

Nos 18 meses que leva de governação do País, o governo do PSD/CDS-PP tem atuado permanentemente como se detivesse essa prerrogativa de “poder absoluto”, tão bem plasmada no ditado popular “posso, quero e mando”. A cada novo passo, a cada nova medida legislativa, a cada nova iniciativa política, este governo procura impor cegamente a sua vontade, assumindo uma postura de inusitado autoritarismo que tudo e todos atropela, quando



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

se deveria obrigar, em primeiro lugar, a respeitar e a fazer respeitar as regras mais elementares do funcionamento das instituições democráticas.

Não temos memória, no percurso democrático português, de uma governação que tenha suscitado tanta desconfiança, traduzida de forma evidente num absolutamente inusitado volume de pedidos de verificação e fiscalização da legalidade e da constitucionalidade das leis que vai produzindo.

Com este governo do PSD/CDS-PP, a verificação da constitucionalidade das leis produzidas que é, e deve ser, instrumento de reserva constitucional, garante do regular e normal funcionamento das instituições democráticas, a ela devendo recorrer-se com a parcimónia que uma normal postura do legislador aconselha - legislador que à partida todos confiamos e acreditamos que atua conforme a legalidade e a legitimidade democrática -, está tristemente a transformar-se numa quase “banalidade”, tantas são as situações em que, consequência da cegueira política que o ódio às conquistas de Abril, aos Trabalhadores e ao Povo Português em geral gera nos atuais governantes, as mais variadas instituições nacionais se vêm na “obrigação democrática” de recorrer ao pedido de verificação da legalidade, da constitucionalidade e, mais do que isso, da legitimidade das medidas determinadas pelo Governo da República.

A Lei do Orçamento de Estado para 2013 não escapa a esta realidade. Ainda que promulgada e em vigor, esta Lei tem sido objecto de um número invulgar de iniciativas que solicitam a verificação da constitucionalidade de muitas das suas normas, numa quantidade muito pouco habitual e muito pouco lisonjeira para os seus autores, refira-se em abono da verdade.

É o que sucede relativamente às normas constantes dos números 4, 5 e 6 do artigo 96º daquela Lei, relativamente às quais a Associação Nacional de Municípios Portugueses



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

solicitou, com base em fundamentos jurídicos relevantes, a intervenção do Provedor de Justiça, da Procuradora-Geral da República e dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de ser suscitada a verificação da sua constitucionalidade.

Em causa está, objectivamente, a violação do princípio constitucional da autonomia local a partir da aplicação daquelas normas.

Diz a Associação Nacional de Municípios Portugueses que no “capítulo que se ocupa das finanças locais, a Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2013 acolhe um preceito sobre “redução do endividamento” - o já referido artigo 96º, e que nos seus nºs 4, 5 e 6 é definido “um regime vinculativo sobre a utilização dos recursos que resultem do aumento de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) na sequência do processo de avaliação geral dos prédios urbanos”.

Concretizando, o nº 4 do artigo 96º estabelece que aquele acréscimo de receita “é obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município”, o nº 5 que “os municípios que cumpram os limites de endividamento líquido calculado nos termos da Lei das Finanças Locais podem substituir a redução do endividamento referido no nº 4 por uma aplicação financeira a efectuar obrigatoriamente junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, no mesmo montante em falta para integral cumprimento das reduções previstas no presente artigo”, e do nº 6 decorre que a mobilização dos recursos aplicados nos termos do nº 5 apenas pode processar-se para efeitos de redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias ou do endividamento municipal.

Face ao conteúdo destas normas, conclui a Associação Nacional de Municípios Portugueses que “uma medida com tal conteúdo, para lá de consubstanciar uma intrusão ou interferência manifestamente ilegítima no princípio da autonomia financeira local, acaba, outrossim, por estar no limite do desvio de poder no exercício da função legislativa por parte do Estado”,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reproduzindo parte do teor do parecer jurídico que suporta o pedido de verificação da constitucionalidade destas matérias, apresentado pela ANMP.

Relativamente a Almada, e é sobretudo a situação do nosso Concelho que aqui nos preocupa, o parecer elaborado pelo Professor Doutor Pedro Costa Gonçalves, da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra é particularmente significativo e importante, porquanto Almada se enquadra no grupo de municípios do país que, como todos sabemos, cumpre escrupulosamente todas as regras impostas - mesmo as mais espartanas - relativamente ao endividamento público, encontrando-se por isso no rol daqueles que não excedem nem nunca excederam os limites legais de endividamento.

Importa registar, por isso, a opinião avisada do Professor de Direito: “Já quanto às segundas [as autarquias que não ultrapassam os limites legais de endividamento], a solução [consignação de verbas] afigura-se chocante, porquanto se analisa numa alteração substancial implícita do conteúdo dispositivo da lei das finanças locais pelo que se refere aos limites de endividamento líquido local, estabelecendo-se limites específicos de endividamento por município ao arrepio de qualquer critério materialmente sustentável, uma vez que se penalizam, justamente, os municípios que mais e melhor cumprem com os limites ao endividamento postos por lei”.

Acrescenta ainda o Professor de Direito que “nessa medida, a solução legal revela-se totalmente arbitrária e desrazoável, em clara colisão com o princípio do Estado de direito democrático (que aponta, justamente, para a racionalidade e razoabilidade das medidas adoptadas pelo legislador), porquanto este tratamento desigual dos municípios, em frontal violação da sua autonomia financeira constitucionalmente reconhecida, reverte precisamente em prejuízo dos municípios que cumprem com os limites legais de endividamento, que vêm a sua capacidade de endividamento legítimo contrair-se”.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Considera ainda aquele parecer que “acresce, ainda, que a opção que é dada a esta última categoria de municípios, isto é, às autarquias que respeitam com os limiares legais de endividamento [caso de Almada], de afectar este aumento de receitas não à dívida de médio e longo prazo, mas à compra de dívida do Estado, se oferece, também ela, como totalmente injustificada”, porque “trata-se, com efeito, de uma compressão intolerável do princípio da autonomia financeira local, porquanto se materializa numa compra forçada de dívida do Estado, que serve não o interesse geral ou o interesse específico dos municípios em causa, mas apenas e, tão só, o interesse do próprio Estado”, e ainda porque “no fundo, os municípios em causa, que não vão desfazer os negócios vantajosos celebrados com o sector bancário ou financeiro dentro dos limites de endividamento legalmente permitidos, vão ver-se compelidos a afectar estas receitas próprias, provenientes de impostos locais autónomos, radicados na sua titularidade, na compra forçada de dívida do Estado, ou seja, não na satisfação dos interesses específicos das suas populações, não na satisfação do interesse geral, mas na satisfação de interesses específicos ou próprios do Estado”.

Em síntese, encontramos-nos não apenas perante uma clara intromissão do governo na autonomia administrativa e financeira das Autarquias Locais, consagrada na Constituição da República e nas Leis, mas sobretudo perante uma confisco absolutamente arbitrário e abusivo por parte do governo de receitas cujos titulares são por lei e por natureza os Municípios, pretendendo por esta via fazer com que sejam os Municípios a pagar uma parte substancial da dívida que é da exclusiva responsabilidade da administração central.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2013, delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. Expressar a sua mais veemente rejeição desta tentativa de intromissão do governo, por via da Lei do Orçamento de Estado para 2013, na autonomia administrativa e financeira dos Municípios Portugueses consagrada nas Leis da República e na Constituição.
2. Rejeitar de forma igualmente veemente o verdadeiro confisco que a consignação à compra forçada de dívida pública do valor do aumento das receitas de Imposto Municipal sobre Imóveis resultante da avaliação extraordinária de imóveis em curso representa, na justa medida em que se trata de receitas que são titularidade do Município de Almada com total legitimidade legal e democrática.
3. Apoiar todas as iniciativas da Associação Nacional de Municípios Portugueses já adoptadas e a adoptar, no sentido de garantir a apreciação da constitucionalidade e legalidade das normas em causa por parte do Tribunal Constitucional.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação ao 30º Aniversário IMARGEM

A IMARGEM - Associação de Artistas Plásticos de Almada foi fundada em 1982 por Francisco Bronze, Jorge Pé-Curto, Pedro de Sousa, Louro Artur, José Zagallo, Carlos Canhão, Lourdes Sério, Ângelo e Vítor Ferreira, assumindo como finalidades:

“promover os seus associados através da divulgação dos seus trabalhos e da criação de condições para o melhoramento da sua atividade artística; organizar exposições e outras manifestações artísticas e culturais que, contribuindo para a formação e informação dos associados, sejam ao mesmo tempo um fator de progresso cultural para a população do concelho; manter um espaço para exposição de obras dos artistas associados ou de outros que a Associação considere de interesse, aberto a todas as formas de expressão artística, para além das formas plásticas tradicionais; cooperar com outros grupos e associações de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

cultura, nacionais ou estrangeiros, pelos meios julgados convenientes; editar publicações e organizar cursos relacionados com artes plásticas, assim como a efetivar encontros de reflexão e perspetivação do trabalho artístico e cultural”.

Ao longo dos trinta anos da sua existência a IMARGEM tem desenvolvido ampla, ininterrupta e significativa atividade artística.

Exposições colectivas e individuais de artes plásticas, participadas pelos seus associados e por muitos convidados, não só em Almada, onde centra a sua atividade, mas também em Évora, Silves, Setúbal, Lisboa, Cascais, Caldas da Rainha, Sintra, Amadora, Castelo Branco, Seixal, Aveiro, Sesimbra, Santuário do Cabo Espichel, Nazaré e Odivelas.

Em Almada, tem mantido permanentemente a Exposição Anual, mostra colectiva do trabalho dos seus associados e de artistas convidados e homenageados, na Oficina da Cultura e na Galeria Municipal, organizando também ano após ano exposições individuais e colectivas noutros locais do Concelho, entre os quais o seu espaço sede, cuja instalação teve início em 1993, ou a Imargem Galeria.

É de salientar a colaboração com a Câmara Municipal na iniciação de um Mural dedicado à memória de Fernão Mendes Pinto (1983) e a intervenção no projeto urbanístico do Concelho para o monumento ao pescador, na Costa da Caparica, integrando no júri um seu representante, o pintor Louro Artur (1984).

Complementando o seu trabalho de produção artística, a IMARGEM tem desenvolvido ações de formação e cursos no âmbito da pintura e da banda desenhada, promovido colóquios e editando serigrafias dos seus associados, sendo relevante o seu papel no aparecimento e visibilidade de novos artistas plásticos no Concelho de Almada ao longo destas três décadas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Fevereiro de 2013, saúda o trabalho desenvolvido pela IMARGEM ao longo dos trinta anos da sua existência, como homenagem e reconhecimento da sua importância para o desenvolvimento das artes plásticas no Concelho.”

7.4.5 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Projeto Recomendação Cartão Municipal para famílias numerosas

A família é o núcleo essencial da sociedade, reconhecido pela Constituição Portuguesa, sendo de elevada relevância a sua proteção e assistência através de todos os meios possíveis. A situação de crise financeira e social profunda que o país vive há tantos anos tem agravado as dificuldades de muitas famílias, em particular aquelas que são numerosas.

A Câmara Municipal, que deverá ser conhecedora próxima da realidade social das suas famílias, pode e deve, dentro das atribuições que lhe são conferidas por lei, participar na proteção dos agregados familiares do concelho. Num quadro alarmante de declínio demográfico, as famílias numerosas deverão merecer incentivos adicionais, com cabimento nos recursos financeiros disponíveis no orçamento municipal.

No âmbito desta recomendação, deverão ser consideradas famílias numerosas aquelas que são constituídas por pais (ambos, ou só mãe, ou só pai) e respectivos filhos (ou tutelados, ou em condição jurídica análoga), em número superior ou igual a três, com idade inferior ou igual aos 25 anos que com eles residam.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 27 de Fevereiro de 2013, recomenda à Câmara Municipal de Almada a criação de um cartão municipal para famílias numerosas residentes no concelho, gerido por regulamento próprio, que confira, designadamente:

- 1) redução de pelo menos 30% nos preços de ingresso e utilização de todos os equipamentos culturais e desportivos municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 2) bolsa anual para ajuda na compra de material escolar aos filhos que frequentem creches, jardins-de-infância e escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- 3) redução de pelo menos 30% nas refeições e ATL nas escolas e jardins-de-infância da rede pública;
- 4) redução de pelo menos 30% nas taxas e licenças municipais.

Em caso de acumulação, as reduções acima referidas serão aplicadas sobre a parte que cabe pagar após outros eventuais descontos.”

7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação Vinte Anos da Casa da Cerca

O 20º Aniversário da Casa da Cerca será celebrado ao longo de 2013, sendo seu primeiro marco relevante a exposição “A Minha Casa é a Pintura”, justamente dedicada ao seu primeiro diretor, o Pintor Rogério Ribeiro.

O Pintor Rogério Ribeiro, diretor da Galeria Municipal inaugurada em 1988, criou desde logo, nesse âmbito, condições para um futuro centro de documentação através da recolha sistemática de informação e investigação sobre artistas plásticos portugueses. Veio a ser o autor da conceção do programa da Casa da Cerca, desde a sua aquisição e definição de uso vocacionado para as artes plásticas pela CMA, concretizando-se como Centro de Arte Contemporânea com o foco essencialmente orientado para o Desenho.

Inaugurada em 1993, a Casa da Cerca afirmou-se desde o primeiro momento como um projeto coerente e amadurecido, confirmando a sua vocação desde a exposição inaugural “Desenhos de Amadeo de Souza-Cardoso” e, ao longo dos vinte anos da sua existência, sempre tem mantido a permanente polaridade entre a divulgação, o aprofundamento da investigação, o serviço educativo e a aquisição de acervo.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em 2001 foi inaugurado o Jardim Botânico - O Chão das Artes, iniciativa pioneira que visa um entendimento das artes plásticas no plano específico dos materiais utilizados que dão origem a técnicas que, direta ou indiretamente, interferem na prática artística. Proporcionando a articulação das abordagens científica e artística, constitui-se como complemento indispensável de fruição e compreensão das artes plásticas.

Nos diversos espaços expositivos - Centro de Exposições, Galeria do Pátio, Cisterna, Parque de Escultura, Capela e a Estufa do Jardim Botânico - tem decorrido em permanência um programa de exposições individuais, colectivas ou temáticas. Em cada uma dessas exposições foi desenvolvido um trabalho de investigação, muitas vezes em cooperação com os próprios artistas, que tem contribuído para aprofundar o estudo, conhecimento e divulgação da arte contemporânea.

O Centro de Documentação e Investigação “Mestre Rogério Ribeiro” visa a recolha e a sistematização de informação em torno da Arte Contemporânea, sendo o seu fundo documental centrado sobretudo na arte portuguesa. Dirigido a estudantes universitários e investigadores, está, no entanto, aberto a toda a comunidade educativa.

O Acervo da Casa da Cerca começou a ser constituído no início da sua atividade, em 1993. Reunindo já um significativo núcleo de Desenho, que abarca um período de produção dos anos 50 até à atualidade, integra também núcleos de Pintura, Escultura, Fotografia, Gravura, entre outras produções artísticas. Em constante crescimento, é formado, no seu conjunto, por três centenas de obras da autoria de alguns dos nomes mais importantes da arte contemporânea portuguesa, quer por aquisição, quer por doação dos próprios artistas.

O Serviço Educativo da Casa da Cerca tem como objectivos fundamentais a sensibilização, a motivação e a interpretação da arte contemporânea, visando ensinar a ver, a questionar e a fruir a obra de arte, contextualizando-a artística, plástica e historicamente. As atividades,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

estruturadas em função dos públicos e das suas necessidades (comunidade educativa, famílias, grupos organizados de adultos e grupos da 3ª idade), valorizam o diálogo, a experimentação e o prazer da criação.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Fevereiro de 2013, assinala os vinte anos de atividade da Casa da Cerca com o reconhecimento da coerência global, qualidade e importância deste contributo do Município de Almada para a divulgação, investigação e pedagogia da Arte Contemporânea.”

7.4.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.7.1 - Moção/Deliberação sobre Arrendamento Urbano - Lei das Rendas

A Lei nº 31/2012, de 14 de agosto, da responsabilidade do governo, e votada pela maioria do PSD/CDS, constitui um factor adicional de agravamento e instabilidade social, avolumando as carências e dificuldades de muitos milhares de portugueses, empurrando muitos deles para a pobreza e exclusão.

O novo regime jurídico do arrendamento urbano, conduz a aumentos muito significativos dos valores das rendas, especialmente das respeitantes aos contratos de arrendamento anteriores a 1990. Com efeito, logo após a entrada em vigor desta Lei, muitos senhorios apressaram-se a comunicar aos inquilinos a sua decisão em aumentar as rendas para valores inoportáveis, provocando um enorme impacto social.

Esta Lei já conhecida como a “Lei dos Despejos”, pelo poder que dá aos senhorios em promover os despejos, anula o direito à habitação a inúmeras famílias, permite o despejo de centenas de colectividades e pequenas empresas, especialmente de estabelecimentos comerciais.

A Assembleia Municipal de Almada não pode ficar indiferente aos legítimos receios de todos os que são abrangidos por mais este atentado à dignidade humana.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 27 de fevereiro de 2013 delibera:

- a) Manifestar o seu repúdio pela aprovação da Lei 31/2012;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

b) Reclamar junto da Assembleia da República e do Governo a imediata revogação desta Lei.”

7.4.7.2 – Moção/Deliberação sobre Terminal de Contentores na Trafaria

O Governo anunciou na comunicação social a intenção de criar na Trafaria um mega terminal de contentores, que ocupará entre 200 a 300 hectares de plano de água e de terra.

Esta intenção mereceu de imediato o repúdio de todos os autarcas e da população da Trafaria. Aliás, o Governo deveria conhecer a rejeição unânime dos eleitos das Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal, aquando da discussão pública da alteração ao PROT-AML, por conter opções semelhantes (Deliberação da Assembleia Municipal de Almada, aprovada por unanimidade em 16 de dezembro de 2010; moção aprovada por unanimidade pelos habitantes da Trafaria no dia 18 de fevereiro de 2011.

Querer construir um terminal de contentores na Trafaria com esta dimensão é um grave atentado a Almada e, particularmente à vila da Trafaria. É pôr em causa o desenvolvimento de um território, é um crime ambiental, é o desrespeito pelo Plano Diretor Municipal e Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa em vigor. É mais uma afronta às populações e ao Poder Local Democrático.

A aposta para o desenvolvimento da Trafaria passa por incentivar as atividades económicas que gerem postos de trabalho, designadamente a pesca, as micro e pequenas empresas, a valorização e defesa do seu património, do ambiente e promoção do turismo, conforme previsto no Estudo de Enquadramento Estratégico para o eixo Trafaria/Costa, consensualizado com os habitantes, agentes económicos e culturais.

A Assembleia Municipal de Almada solidariza-se com a luta das populações e apoia a Resolução aprovada, por unanimidade, no plenário realizado na Trafaria no passado dia 23 de fevereiro de 2013.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida na sessão ordinária no dia 27 de fevereiro de 2013, delibera:

- a) Repudiar veementemente qualquer intenção de construção de um terminal de contentores na Trafaria;
- b) Apoiar o Município de Almada no recurso a todas as instâncias judiciais com o objectivo de impedir a concretização deste gravíssimo atentado contra o concelho de Almada e, em particular, contra a freguesia da Trafaria.
- c) Exigir ao Governo que avance com os dois projetos estratégicos para o concelho de Almada - um na Costa da Caparica e o outro no Arco Ribeirinho Sul, geradores de milhares de postos de trabalho e que devolva à Marinha Portuguesa o Arsenal do Alfeite.”

7.4.7.3 - Moção/deliberação sobre Requalificação Urbana e Valorização Ambiental e o Desenvolvimento da Costa da Caparica -

O Plano Estratégico da Costa da Caparica

Foi há quinze anos que aqui na então Vila e hoje cidade da Costa da Caparica, precisamente no dia 28 de setembro de 1998, que a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Plenária, aprovou por unanimidade a Proposta iniciativa da Câmara Municipal referente à “Estratégia para o Desenvolvimento Turístico do Concelho de Almada: Pacto para o Desenvolvimento da Costa da Caparica” e também por unanimidade aprovou uma Resolução de iniciativa própria para a implementação de uma Estratégica de Qualificação e Valorização da Costa da Caparica.

Na altura tal como hoje se considera determinante da parte do Governo o envolvimento, a liderança e a participação executiva no processo de requalificação e valorização da Costa da Caparica tendo presente que a Administração Central é proprietária com perto de 2,5



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

milhões de m² de terrenos e tem a jurisdição em cerca de 80% da área da Costa da Caparica, além de dispor de fundos comunitários.

A Resolução então aprovada pela Assembleia Municipal apelava ao Governo para uma intervenção interessada e ativa numa área de maior importância para o Concelho, para a Região e para o País, devendo, por ser o maior proprietário e ter a maior área de jurisdição, assumir-se como motor fundamental da estratégia executiva e programa integrado que qualifique e valorize a Costa da Caparica e proporcione a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos residentes e o usufruto dos milhões de visitantes.

É no desenvolvimento destas iniciativas municipais que em 1999 surge o Decreto-lei 551/99 em que o Governo cria a “Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada - Costageste, SA”, constituída por capitais exclusivamente públicos e que incompreensivelmente e sem qualquer explicação nunca funcionou, mas cuja existência nunca foi revogada.

No entanto, no ano 2000 é publicada no Diário da República a Resolução do Concelho de Ministros n.º 26/2000 que aprova o Programa Polis, integrando a Costa da Caparica com o objetivo de “reforçar e valorizar a Frente Atlântica da Costa como polo de excelência em termos de oferta de atividades de turismo, recreio e lazer da Área Metropolitana de Lisboa” e em agosto 2001 o Governo publica o Decreto-lei n.º 229/2001 de constituição da Sociedade CostaPolis com a missão da gestão e coordenação dos investimentos a realizar na zona de intervenção, bem como o desenvolvimento das ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, a dinamização de atividades turísticas, culturais, desportivas e outras que contribuíssem para o desenvolvimento económico e social da Costa da Caparica.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Estavam assim criadas as condições para se concretizar na Costa da Caparica uma Operação de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de grande alcance e ambição, através de parceria protocolada entre o Governo e o Município de Almada.

Seguiu-se o não menos importante processo de diálogo institucional e técnico entre o Governo representado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Coordenador Nacional, o Grupo Coordenador do Programa Polis e o Município de Almada, representado pela Câmara Municipal e destes com os representantes dos grupos de interesses abrangidos pela operação, designadamente os Pescadores, os Moradores do Bairro da Campo da Bola, as Coletividades, os Parques de Campismo, os Concessionários dos Apoios de Praia e o Grupo Desportivo de Pescadores, na construção de consensos, na contextualização das soluções e na definição das intervenções a realizar, que acabou com a consolidação das vontades e responsabilidade na aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica nos termos e para os efeitos do artigo 2º do Decreto-lei n.º 229/2001 de 20 de Agosto e que vigora ainda hoje.

E depois deste início auspicioso entra-se em pequenos passos de avanço e nos recuos - com este Ministro anda, com aquele Ministro para e com aquele outro Ministro recua.

Estão passados 15 anos e o Plano Estratégico e a CostaPolis destinada à sua concretização vem sofrendo várias vicissitudes comprovadas pelas 49 deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal sobre o assunto.

Alguns passos em frente foram dados e importantes, obras foram realizadas, dos oito projetos estruturantes da intervenção, seis têm os respetivos Planos de Pormenor eficazes, mas o Plano Estratégico em vigor, assim como as ações complementares associadas continuam por cumprir plenamente tal como a Assembleia Municipal referiu através, designadamente, das anteriores duas deliberações, aprovadas respetivamente nas Reuniões



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Plenárias de 15 de dezembro de 2011 e de 28 de junho de 2012 e publicitadas através dos editais n.º 12/X - 3º e 104/X- 3º.

Importa a propósito e atendendo à situação, registar o ofício subscrito pelos Presidentes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e dirigido a SE o Primeiro Ministro, em 06 de junho de 2012, a propósito de uma proposta de reprogramação da operação Polis, em que era afirmado e cita-se “Na verdade, Senhor Primeiro Ministro, a proposta de reprogramação ..., não cumpre o objeto da sociedade previsto no DL 229/2001 e plasmado no Plano Estratégico do Programa Polis da Costa da Caparica” sendo declarado e cita-se “É nossa profunda convicção de que a prosseguir o rumo em curso, estará irremediavelmente perdido o objetivo de requalificação ambiental e urbana da Costa da Caparica e a criação de um polo turístico de excelência da AML” e o ofício terminava com, e cita-se: “Neste contexto, solicitamos a Vossa Excelência que considere e determine as iniciativas tendentes a suster e alterar o evoluir da presente situação, por forma a que se cumpra em tempo possível e adequado o Polis da Costa da Caparica através da Sociedade CostaPolis.”

Nestes termos e continuando a manter-se a situação a Assembleia Municipal de Almada no exercício da competência prevista no artigo 53º, n.º 1, alínea o) e pelo da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pronuncia-se perante o Governo e em particular junto da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, e do Sr. Ministro das Finanças, do Sr. Primeiro Ministro, deliberando:

1. Reafirmar a absoluta necessidade para o desenvolvimento e o progresso da Costa da Caparica, do Concelho de Almada, da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa, que seja assegurada a realização do Programa Polis na Costa da Caparica,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

através da concretização da intervenção firmada no Plano Estratégico da Costa de Caparica aprovado pelo Governo e pelo Município de Almada após debate com os Caparicanos e consensualizado com os agentes locais de desenvolvimento económico-social e local.

2. Renovar a Proposta ao Governo da continuidade da sociedade através da prorrogação da sua duração pelo menos, até 31 de dezembro de 2017, tendo em conta a situação económica atual e a perspetiva do tempo de implementação e concretização da Intervenção Polis na Costa de Caparica para cumprimento do seu Plano Estratégico.
3. Voltar a reiterar a absoluta necessidade de ser considerada a viabilização de fontes de financiamento da intervenção na concretização dos projetos estruturantes e ações complementares, nomeadamente, através do Quadro de Referencia Estratégico Nacional (QREN), da valorização dos terrenos propriedade da sociedade, da possibilidade e oportunidade de recurso ao crédito bancário através da hipoteca dos terrenos destinados à alienação e de iniciativas de atração de investimento privado.”

7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça - Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Arsenal do Alfeite ao serviço da Marinha, dos Trabalhadores e do País

A passagem do Arsenal do Alfeite da esfera da Marinha para o Arsenal do Alfeite SA, empresa tutelada pela EMPORDEF, ocorreu em 2009 pela mão do Governo PS com a promessa de que com esta mudança o estaleiro daria o tão desejado salto em frente com a vinda de mais trabalho e avanços tecnológicos.

Como se tem vindo a verificar esta decisão que obteve na altura o acordo do Presidente da República que assinou o decreto-lei de extinção, não passou de um verdadeiro embuste,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

visando numa primeira fase o definhamento e mais tarde a aniquilação desta importante unidade fabril, garante de uma Marinha verdadeiramente operacional.

O passado mais recente do Arsenal fica marcado pela constante desresponsabilização do Estado, com o atual Governo do PSD-CDS a manter a política decidida que só agrava a situação.

As lutas travadas contra a extinção do Arsenal do Alfeite são, hoje, perfeitamente entendidas e percebidas por todos os que vêm o estaleiro definhar e sempre apontaram que o rumo certo seria no sentido da defesa do estaleiro na esfera pública, com ligações à Marinha. É hoje claro e transparente que os trabalhadores tinham razões nos seus receios, nas suas lutas. A transição para SA revelou-se um passo mais no sentido do enfraquecimento da importância da empresa na área da indústria naval e correspondeu a uma perda de direitos e regalias por parte dos trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

A Assembleia Municipal por diversas vezes manifestou-se contra este verdadeiro “crime” consciente da gravidade desta situação quer para os trabalhadores a Marinha e o País, Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária nos dias 27 e 28 de fevereiro saúda a iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP por ter apresentado na Assembleia da República um projeto de lei que propõe a extinção do Arsenal do Alfeite, S.A. e determina a reintegração do Arsenal do Alfeite na orgânica da Marinha, com esta proposta o PCP dá um contributo importante para a revitalização desta estrutura empresarial indo ao encontro das pretensões dos trabalhadores que desde sempre se manifestaram contra este processo alertando para aquilo que hoje estamos com angustia a assistir e que infelizmente o tempo deu-lhes razão.

Baseando a sua qualidade de trabalho na alta qualificação e formação dos seus trabalhadores permitindo com isso á Marinha manter-se operacional respondendo assim de forma eficaz,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

operacional e profissional às missões que lhe foram confiadas. Capacidades essas que desde 2009 tem vindo em nome de uma apregoada “modernização “ a serem desbaratadas de forma irresponsável e com consequências irreversíveis, exigimos por isso de forma responsável e patriótica o fim desta morte anunciada para bem do país!”

7.4.9 - A Sr.ª Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação 8 de Março - Dia Internacional da Mulher

Comemora-se no próximo dia 8 de Março o Dia Internacional da Mulher.

A comemoração do Dia Internacional da Mulher não poderá ser esquecida, pois este dia é um marco importante da luta das mulheres pelo direito ao trabalho, pelo direito a ter uma vida mais digna, pelo direito a ter direitos.

Passaram 103 anos, desde o acontecimento que levou Clara Zetkin, em 1910, a propor um dia de luta Internacional da Mulher, em homenagem à luta travada em 1857, pelas operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque.

As operárias ocuparam a fábrica e reivindicaram melhores condições de trabalho, a redução do horário de trabalho para dez horas, pois trabalhavam dezasseis, salários iguais aos dos homens, pois chegavam a receber um terço do salário do homem (para executar o mesmo tipo de trabalho) e exigiam ainda serem tratadas com dignidade no seu local de trabalho.

A sua luta foi reprimida com violência. As mulheres foram trancadas dentro da fábrica e esta incendiada. Morreram cerca de 130 tecelãs carbonizadas.

Apesar da repressão e mau trato a que foram submetidas, as mulheres continuaram a lutar desde então, e todos os anos milhares de mulheres em todo o mundo saem à rua no dia Internacional da Mulher para lutar e defender os seus direitos e emancipação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

As mulheres portuguesas também foram duramente oprimidas e exploradas durante o regime fascista. Muitas conheceram as prisões, a tortura, e até a morte.

As mulheres portuguesas não tiveram medo de lutar, apesar da opressão. Lutaram pelo direito ao trabalho, por melhores salários, por condições de vida dignas, pela igualdade de direitos, contra a guerra colonial, contra a censura, contra as arbitrariedades da polícia política, e outras.

Mulheres como Maria Lamas, que vai dar o nome à nova Biblioteca no PIA, é um exemplo da Mulher Revolucionária, que lutou durante o regime fascista, pelos direitos das Mulheres e sua dignificação.

Graças ao 25 de Abril de 1974, as mulheres portuguesas viram a sua luta transformar-se em igualdade de direitos perante a lei.

Nos últimos anos, porém, com as políticas levadas a cabo pelos governos de direita, com a austeridade imposta ao povo português, os problemas das mulheres agravaram-se, verificando-se um grave ataque aos direitos conquistados.

As desigualdades aprofundam-se. Aumentam as discriminações laborais sobre as mulheres. Os baixos salários, o trabalho precário, o despedimento, a dificuldade para usufruir do direito à maternidade, os baixos níveis de proteção social (na invalidez, velhice ou desemprego), o aumento da pobreza, a degradação das suas condições de vida, são exemplos claros do retrocesso em curso aos direitos da mulher.

Consideramos que o Dia Internacional da Mulher foi, é, e deverá continuar a ser um dia de luta da mulher pelos seus direitos e emancipação.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 27 de Fevereiro de 2013 delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1º Saudar todas as mulheres portuguesas, e em particular as Mulheres Almadenses, por ocasião da passagem do dia Internacional da Mulher, apelando para a continuidade da luta, na defesa dos seus direitos.

2ª Dar conhecimento da presente saudação às organizações de defesa dos direitos das Mulheres.”

7.4.10 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Contra a Austeridade e o Empobrecimento

O aumento da dívida pública e do desemprego, a diminuição das reformas e dos salários, além da queda do Produto Interno Bruto (PIB), são o resultado de praticamente 2 anos de Troika no nosso País.

Todas as previsões do Ministro Vitor Gaspar, têm falhado consecutivamente de forma clamorosa, pondo a ridículo o manto de competência e prestígio técnico do Ministro de Estado e das Finanças, com que a maioria PSD/PP tem pretendido encobrir o falhanço total e completo das suas políticas, as políticas da Troika.

A ameaça latente, de uma redução orçamental de 4 mil milhões de euros, proposta pelo governo será um verdadeiro desastre. Hoje a dívida já é superior ao que estava previsto para o final do programa de ajuda financeira em 2014.

O Banco de Portugal tornou público, que em 2012 a dívida aumentou 18,7 mil milhões de euros, ou seja, 51 milhões por cada dia que passou.

Com a dívida a disparar e com a meta do deficit acima do prometido, foram ultrapassadas as previsões para o desemprego e a recessão da economia será, em 2013, mais do dobro do que o governo garantia (há 3 meses!) no Orçamento do Estado.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desde que o atual governo tomou posse a trajetória da dívida pública tem sido sempre a subir, ultrapassando a fasquia simbólica dos 200 mil milhões - é no presente de 203,4 mil milhões, conforme informação também do Banco de Portugal. Em vez de 120% do PIB a dívida ascende já a 122,5% do PIB, com tendência para aumentar.

Os cortes orçamentais estão a ter consequências gravíssimas nas áreas da saúde e da educação.

O país está cada vez mais endividado com um desemprego que atinge os 17% e em que em cada 2 jovens só 1 consegue trabalho (quase sempre precário), uma carga fiscal insuportável para os reformados, pensionistas e trabalhadores em geral e ainda com uma vaga de emigração só comparável à dos anos 60 em que os portugueses foram também obrigados a sair para escapar à fome e à miséria.

Segundo um estudo da AHRESP Associação da Hotelaria Restauração e Similares de Portugal, com a atual taxa de IVA de 23% entre 2012 e 2013, o volume de negócio irá reduzir 1750 milhões de euros. A mesma análise estima ainda o encerramento de cerca de 40 mil empresas do sector, sendo extintos cerca de 100 mil postos de trabalho até ao final do ano 2013.

O plano de contingência de que o governo tem vindo a falar nos últimos dias, pela voz do Ministro das finanças Vítor Gaspar, com a apresentação de um Orçamento Rectificativo, significará mais austeridade e mais empobrecimento.

No passado dia 16 de Fevereiro, fez-se sentir uma vez mais, forte contestação a nível nacional. Em muitas cidades do País as pessoas saíram à rua para manifestar o seu descontentamento e profundo desagrado contra esta política e contra este governo.

A manifestação do próximo dia 2 de Março coincide com a presença da delegação da Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional) em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Lisboa, e vai ser uma clara demonstração do descontentamento e repúdio do Povo Português pela política da Troika e do Governo de Pedro Passos Coelho/Vitor Gaspar/Paulo Portas Exige-se a renegociação dos juros, prazos e montantes da dívida pública e a rejeição do memorando de forma a permitir que o investimento público seja capaz de criar emprego. Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 27 de Fevereiro de 2013, delibera: Saudar todas as iniciativas levadas a efeito contra a política do governo e manifestar o apoio à realização das manifestações e concentrações do próximo dia 2 de Março. Exortar à participação dos/as Almadenses nestas manifestações.”

7.4.11 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre Porto de Contentores na Trafaria

Foi apresentado pelo Governo o projeto para a construção de um terminal de contentores na Trafaria. Projeto este, que num passado mais recente foi igualmente proposto por outros responsáveis da administração central não sendo como tal uma novidade no panorama autárquico local.

Tal como das outras vezes, temos considerado não ser esta a melhor solução para o concelho de Almada, e fazemo-lo porque sempre defendemos que o concelho de Almada tem condições naturais únicas que podem e devem ser um verdadeiro motor de crescimento económico, assim haja visão, algo que nem sempre tem acontecido, e ainda se perceba que a aposta na requalificação do território e uma verdadeira promoção turística pode reforçar o número de turistas e, acima de tudo, aumentar as receitas das empresas, e logo, do município de Almada e de Portugal.

Por isso, os Deputados do PSD eleitos pelo Distrito de Setúbal solicitaram de imediato os respetivos esclarecimentos junto do Governo no sentido de obter explicações sobre o que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

justifica esta decisão, que vantagens é que ela contempla para o país, e muito concretamente para o concelho de Almada, nomeadamente para as freguesias da Trafaria e da Costa da Caparica, especialmente no que concerne ao potencial económico, no emprego que possa vir a criar e na reabilitação do território, mas também, qual seria, na ótica do governo, a existência de uma solução integrada que viabilizasse e não pusesse em causa o objetivo de concretizar um verdadeiro Plano de Investimento e Dinamização Turística.

Não podemos como tal deixar de afirmar a nossa discordância e de exigir ao Governo as explicações que se impõem para justificar esta opção e, sobretudo, apelar para que no processo de decisão, se tenha em conta uma visão de desenvolvimento do nosso concelho, que passa pelo Turismo, pela requalificação do território, pela criação de empresas, criação de emprego, mas também a valorização das nossas atividades tradicionais como, por exemplo, as pescas.

Como tal a Assembleia Municipal de Almada reunida na sua sessão de Fevereiro na Costa da Caparica, delibera:

- Rejeitar um tipo de projeto que possa por em causa o desenvolvimento sustentável de uma zona do Concelho tão importante como a Trafaria;
- Apelar ao Governo que encontre soluções de desenvolvimento do território e de projeção turística da Costa da Caparica e do Concelho de Almada, em colaboração com a Câmara Municipal.”

7.4.12 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira - Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O atual governo anunciou recentemente, através dos órgãos da comunicação social, um investimento na Freguesia da Trafaria – a instalação de um terminal de contentores – que a concretizar-se prejudica em definitivo o desenvolvimento sustentado da Trafaria.

Em resposta a este anúncio os Autarcas do Concelho e a sua População, em particular a População da Trafaria, reagiram com o sentido de uma forte indignação e espírito de mobilização num ato claro de repúdio ao projeto e sua concretização.

Importa aqui apelar ao teor da decisão/resolução tomada no dia 18 de fevereiro de 2011 pela População da Trafaria quando estava em causa a reserva do território da Freguesia para a expansão da atividade portuária e às deliberações das Freguesias, Câmara e Assembleia Municipal, no âmbito da discussão pública do PROT – AML.

Importa, ainda, apelar ao teor da decisão/resolução tomada no dia 23 de fevereiro de 2013, por unanimidade e aclamação, que repudia veementemente qualquer intenção de construção de um terminal de contentores na Trafaria.

Aquando da Discussão Pública da Alteração ao Plano Regional de Ordenamento da Área Metropolitana de Lisboa (PROTAML) e relativamente às suas implicações na Freguesia da Trafaria, Concelho de Almada, reafirmámos sumariamente a seguinte posição:

As Opções de Desenvolvimento da Trafaria definidas e consensualizadas a nível local, passam pela requalificação urbana e pela valorização ambiental da Freguesia, que diversifique e qualifique os núcleos habitacionais, incentive atividades geradoras de emprego e de elevado potencial económico, designadamente turismo, pesca, recreio e lazer, aproveitando de forma sustentável as áreas de elevado valor patrimonial em termos de recursos naturais e paisagísticos.

Reiteramos, hoje e sempre, a nossa posição e a posição assumida pelos órgãos do Município e das Freguesias, assim como das Instituições, Entidades e Organizações Locais, de rejeição



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da construção de um Terminal Portuário de Contentores e de aumento da capacidade da Silopor, por penalizar o desenvolvimento que se deseja harmonioso da Freguesia da Trafaria. Reafirmamos, hoje e sempre, que a requalificação urbana, a expansão urbanística controlada que permita aos nossos Jovens encontrar oportunidades e um projeto de vida na sua Terra, a valorização da frente ribeirinha e da atividade da pesca, a potenciação dos recursos e valores naturais que possuímos são prioridades para a Trafaria e para o seu desenvolvimento económico e social.

Defender outra coisa é penhorar o futuro da nossa Terra e do nosso Concelho.

Senhores (as) Deputados (as) Municipais,

Para além do crime ambiental que se avizinha, fator relevante para as nossas preocupações, estamos verdadeiramente preocupados com as Pessoas. Que futuro se reserva às gerações vindouras? Que futuro se prevê para os aglomerados habitacionais sitos na frente ribeirinha e na frente de praias? Que qualidade de vida passarão a ter todos os residentes na área da Freguesia?

Um passado próximo ensina que a instalação de um silo portuário não contribuiu para o desenvolvimento económico, para a criação de emprego ou, em ultima análise, para a qualidade de vida dos Trafarienses. Ao invés, a População que convivia tão bem com o seu rio, sente hoje a quebra de vizinhança e de proximidade com o mesmo e os efeitos nocivos para a sua saúde de uma atividade poluente e ruidosa.

Não nos cansamos de afirmar que as decisões ora em cima da mesa prejudicam o ferem o desenvolvimento da nossa Trafaria.

Senhores (as) Deputados (as) Municipais,

Acresce que, mais uma vez, ao arrepio das Populações e dos decisores locais não são consideradas as posições consensualizadas, não são ouvidas as pessoas e os seus legítimos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

anseios, não são consideradas as pronúncias dos órgãos próprios do Município, num claro desrespeito pela Democracia representativa e pelo Poder Local. Igualmente grave, é o abandono do projeto do Arco Ribeirinho Sul, o desrespeito dos grandes documentos conformadores da intervenção na AML e no Município e a assunção de um investimento desta natureza com o PROT – AML e o PDM em revisão.

Senhores (as) Deputados (as) Municipais,

A CIDADE DAS DUAS MARGENS NÃO PODE DE UM LADO TER LUXO E DO OUTRO LADO TER LIXO.

A CIDADE DAS DUAS MARGENS NÃO PODE DE UM LADO SER LUXO E DO OUTRO LADO SER LIXO.”

7.4.13 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A bancada do PS queria propor à bancada do CDS uma proposta de alteração ao projeto de recomendação “Cartão Municipal para famílias numerosas”. E a nossa proposta de alteração justifica-se tão somente porque concordamos que devam existir políticas de discriminação positiva para as famílias ainda para mais num contexto de crise económica e social bastante agravada, também achamos que uma política de discriminação positiva não se deve apenas orientar pelo facto das famílias serem numerosas, terem três ou mais filhos, mas à cabeça haver um critério que seria precisamente a verificação da condição de recursos e portanto para efeitos de aprovação desta proposta, gostaríamos de elencar apenas três alterações muito sucintas que eu depois passava a apresentar à Mesa, mas que no essencial se reduz a isto. Portanto, que a proposta se oriente a par do critério de aplicação deste cartão a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

famílias numerosas, a um critério muito mais robusto e muito mais sensível à situação que vivemos no nosso Concelho e no nosso País em geral, que é a verificação de condição de recurso de um cartão com estas características.”

7.4.14 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Para anunciar o sentido de voto da CDU nas três moções das outras forças políticas. Em relação a esta moção do CDS, quando se fala de famílias de facto em geral e em abstrato, estamos a falar desde aquelas que têm rendimentos muito avultados até às que vivem em situações de pobreza crescente. Embora o número de filhos seja um factor de agravamento do rendimento familiar, ser uma família numerosa não é sinónimo de ser uma família carenciada. Carências que se agravam cada vez mais por políticas de desastre do Governo de que o próprio CDS é parte integrante. Portanto, há já no Concelho de Almada, de acordo com aquilo que é o nosso entendimento, diversos apoios sociais para as famílias carenciadas. Votaremos contra a proposta do CDS.

Em relação à proposta do PSD sobre o Porto de Contentores da Trafaria votaremos contra por razões de forma e por razões de conteúdo. Em primeiro lugar o PSD limita-se a fazer uma descrição das suas diligências e depois faz um apelo ao Governo. Isto mais parece uma declaração política do que uma moção. Mas mais grave do que isso, é que a deliberação que propõe, “rejeitar um tipo de projeto que possa pôr em causa o desenvolvimento sustentável”, é vago, é um cheque em branco, ninguém sabe o que isto é, e é agravado pelo segundo, a subserviência de apelar ao Governo que encontre soluções para nós, isto é pôr-nos completamente nas mãos do Governo, é sancionar a política do Governo, é uma proposta que só pode ter o nosso voto contrário. A nossa posição sobre esta matéria é a que está na Moção que nós apresentámos.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A proposta do Bloco de Esquerda sobre a “Austeridade e o empobrecimento” votaremos naturalmente a favor.”

7.4.15 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Avelar Pinheiro (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A CDU apresentou hoje três Moções que têm a ver com a Cultura. Três Moções que partem de uma mais geral para particularizar numa das instituições culturais, digamos que dinamizadas pelo Município e numa Associação. Como é evidente nós na bancada do Partido Socialista consideramos que a Cultura e que a produção cultural e que o apoio a essa produção cultural e às instituições culturais são um dos aspetos importantes de uma política nacional, que são também um dos aspetos importantes de uma política municipal. Nesse sentido penso que não poderemos deixar de apoiar todas estas Moções. Mas eu queria ir um pouco mais além disso, como sabem eu sou um e tenho sido desde o final dos anos oitenta, membro dos corpos gerentes da IMARGEM, também nesse contexto tenho tido uma colaboração muito frequente e muito proveitosa com a Casa da Cerca e com a sua equipa, excelente, e como tal não posso deixar de estar muito contente por estarem aqui estas Moções presentes. Eu pessoalmente não o poderia fazer pelo menos em relação à IMARGEM, acho que haveria algum conflito de interesses. E também digamos que pensar essas Moções como uma homenagem a estas instituições, às pessoas que as dinamizam, às pessoas que as dinamizam e que já não estão connosco, como o Professor Rogério Ribeiro; o Pedro de Sousa que como sabem era meu cunhado, o Zagallo, portanto tantas pessoas que contribuíram para a Cultura deste Concelho, que tanto contribuíram para que este Concelho não seja aquele Concelho que eu conheci quando era pequeno, para que este Concelho tenha uma vida cultural muito importante e como tal eu penso que teremos todos que estar contentes com estas Moções e digamos que estender estas Moções a outras



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

instituições, a outras pessoas que tanto têm feito pela Cultura e pela população deste Concelho e que tanto também têm contribuído para projetar este Concelho. Provavelmente a Casa da Cerca é simbólica, uma vez que fica mais perto do Rio e mais perto do limite do Concelho e que tanto tem contribuído para projetar este Concelho com o mais do que um dormitório, como uma terra em que vale a pena estarmos e pela qual vale a pena lutar e eu penso que todos aqui estamos a fazer isso.”

7.4.16 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas palavras, poucas, sobre a questão dos contentores. O Bloco de Esquerda é contra, não concorda com a construção de um terminal de contentores na Trafaria, e há anos que o Bloco de Esquerda reivindica inclusivamente o fim dos silos, que todos sabem que é uma fonte de problemas. As poeiras, os ruídos, são muitos os problemas alérgicos e respiratórios, que causam grandes problemas à população da Trafaria. Portanto, nós estamos contra, achamos que a Trafaria tem sido sacrificada e é tempo de dizer não, e a população está mais do que motivada para lutar contra esta intenção do Governo. Aliás, isto é uma ideia antiga, quem teve inicialmente esta ideia foi o Partido Socialista, agora eu acho que nós beneficiamos aqui de uma conjuntura diferente, temos o Partido Socialista contra, temos os autarcas do PSD de Almada contra e temos todas as condições para lutar contra isto. Não sabemos bem onde é que se situa o CDS-PP nesta matéria. Tenho andado à procura da posição do CDS, não consigo encontrar, provavelmente por defeito meu, mas com certeza que teremos a oportunidade de saber o que é que o CDS-PP pensa acerca desta matéria.

Sobre isto é tudo. Estamos contra, estamos na luta contra os contentores.

Sobre a Moção que a CDU apresenta em relação ao Arsenal do Alfeite, nós estamos de acordo com a Moção, não sabemos como é que o Partido Socialista hoje encara esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

situação, o Partido Socialista de hoje não é o Partido Socialista de 2009, é outro Partido Socialista, é um Partido Socialista que herdou esta situação, portanto não sei que análises é que fazem sobre isto, mas isto na minha opinião e na opinião do Bloco de Esquerda foi um erro, um erro gravíssimo que na altura foi cometido contra uma empresa que tinha viabilidade, que tinha provas dadas, que era possível fazer muita coisa a nível da formação, a nível da construção, a nível da manutenção. Eu creio que o PS quando fizer a história da sua ação política há de chegar à conclusão que este foi um dos erros que cometeu. E para mim foi dos grandes desgostos da minha vida, foi aquilo que aconteceu ao Arsenal do Alfeite, ao fim de setenta anos de existência, foi muito mau.

Referir aqui que nós já sugerimos à CDU que modifique a parte final do texto, e cada um deve dizer aquilo que lhe vai na alma, e aquilo que pensa acerca daquilo que se vai passando, era só o que faltava que as pessoas não tivessem o direito e a liberdade de se expressar de acordo com o que sentiram e continuam a sentir. Foram gastos milhares de contos no Arsenal do Alfeite para levantar uma escola de formação, milhares de contos, onde se fez formação a centenas de alunos, na maior parte dos casos retirados ao insucesso escolar. O Arsenal do Alfeite aderiu ao programa escolas, aderiu ao projeto adrenalina, tirámos centenas de jovens das ruas, ensinamos profissões, demos trabalho e partir de um Governo de Durão Barroso, os nossos jovens no Arsenal do Alfeite nunca mais tiveram direito a ficar a trabalhar no Arsenal do Alfeite, foi o princípio do fim. Nós carregámos uma história em cima de nós, e quando a história vem ao de cima nós falamos dela como sentimos. Como sentimos. Eu não estou a falar deste assunto de cor, eu trabalhei quarenta e dois anos no Arsenal do Alfeite e a primeira camisola que eu vesti durante quarenta e dois anos foi a do Arsenal do Alfeite, não sei se muitos dos presentes sabem o que é isso.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Sobre a questão da parte deliberativa da Moção da CDU, sobre a questão do Arsenal do Alfeite nós achamos mal e já sugerimos à CDU que mude, que a saudação ao Grupo Parlamentar, se passe a saudar a iniciativa do Grupo Parlamentar.”

7.4.17 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Quatro notas relativamente a quatro Moções, que me parece que é importante referir, começando por dizer que para além destas quatro Moções que eu vou referir todas as outras merecem o nosso apoio e votaremos a favor.

Vamos falar então das quatro Moções relativamente às quais é necessário fazer algumas ressalvas e apresentar algumas justificações relativamente às nossas posições.

Primeiro aspeto relativamente à Trafaria. O Grupo Parlamentar do PSD acha necessário ainda, e eu acho que isto é extraordinário, acha necessário ainda ir pedir explicações ao Governo. Nós não precisamos de explicações nenhuma do Governo, nós sabemos perfeitamente o que está em causa, nós sabemos perfeitamente o que está em causa e a nossa concepção relativamente a esta matéria é absolutamente transparente e foi exatamente a mesma nos últimos vinte anos no Concelho de Almada. Nos últimos vinte anos no Concelho de Almada as questões foram-se colocando e o PS em Almada sempre se posicionou da mesma maneira. Relativamente à Trafaria e pensando a Trafaria no contexto do Concelho e da Área Metropolitana, o que está em causa é o seguinte, nós temos uma metrópole, temos necessidade de situar nessa metrópole um conjunto de atividades, atividades económicas, atividades de lazer, temos indústria para colocar. E essa distribuição na Área Metropolitana tem que ser uma distribuição equilibrada e solidária. Não é admissível que tudo o que é bom, tudo o que é valorizado, tudo o que é valorizável se situe numa margem e que na outra margem se situe a indústria pesada, as atividades económicas poluentes e não haja



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

investimento no sentido de um desenvolvimento sustentável. E portanto, esta orientação que o Governo adotou é uma orientação que infelizmente ao longo do tempo se foi afluindo. Há vinte anos a Administração do Porto de Lisboa já levantava a possibilidade de fechar a Golada e de no espaço criado, no espaço digamos resguardado por esse fecho da Golada se puder desenvolver atividades industriais a nível naval, portanto é um projeto antigo, é um projeto que nós sempre repudiamos e que repudiamos aqui claramente e achamos que um grupo político responsável em Almada não tem o direito de precisar ainda mais esclarecimentos sobre esta matéria para se posicionar de forma clara no sentido de repudiar e recusar este tipo de projeto que foi apresentado nos últimos dias de forma, com grande projeção pelo Governo e que no caso concreto do Concelho de Almada e da Trafaria se traduz num atentado completamente inaceitável, tem de ser clara e completamente rejeitado. Como aliás tem sido feito pelo conjunto dos autarcas de Almada, portanto tivemos já no fim de semana passada uma grande manifestação neste sentido e hoje aqui também houve intervenções de grande significado humano e político das quais obviamente eu queria realçar a que foi produzida aqui pela Sr.^a Presidente de Junta de Freguesia da Trafaria que referiu que há um problema ambiental obviamente, mas há uma preocupação que é uma preocupação do PS sempre presente que é a preocupação com a população, com as pessoas da Trafaria que não podem ver o seu futuro comprometido por opções erradas e responsáveis do Governo.

Relativamente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, há primeiro uma observação que eu gostava de fazer, é que eu estranho imenso que haja um prazo regimental para a apresentação das Moções, que no prazo regimental seja distribuído um texto e que depois aqui nos digam que afinal o texto já é diferente. Portanto, esta é uma primeira nota. E depois, eu gostava de assinalar que a alteração que o Bloco de Esquerda introduziu e que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

até se podia dizer à sorrelfa, é uma prova provada daquilo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que me antecedeu veio fazer, portanto que é uma manifestação de sectarismo que é completamente exacerbado e também que não tem obviamente nada que possa justificar e que o possa desculpar até. De facto o Bloco de Esquerda tinha apresentado um texto que era um texto equilibrado, que o PS estava disponível para viabilizar e que depois provavelmente outra pessoa diferente daquela que escreveu o texto da Moção, veio atirar para aqui uma nódoa de sectarismo que torna completamente impossível o voto do PS relativamente a esta matéria, é pena. É pena porque quando estamos em situações difíceis é necessário saber o que é essencial, é necessário valorizar o que é essencial e saber fazer a unidade. E o Bloco de Esquerda tem-nos habituado aqui na Assembleia Municipal a cavar as diferenças, a provar as isenções e a inviabilizar qualquer aproximação que seria útil, para o País e para Almada. Portanto lamento Sr. Deputado, estão a prestar um mau serviço ao Concelho e ao País.

Relativamente à Saudação ao Arsenal do Alfeite, eu penso que é normal que o Partido Comunista se congratule com a atividade do seu Grupo Parlamentar, mas nós não temos nada a ver com isso, nós estranhámos até que se apresente um texto com estas características aqui. Portanto, nós não podemos votar a favor, nós compreendemos que o Bloco de Esquerda queira votar a favor e até proponha fazer uma pequena alteração, mas isso é o que o Bloco de Esquerda fez aqui, foi fazer os fretes todos ao Partido Comunista, portanto temos apenas a comprovar a leitura que sempre fizemos.

Relativamente a um último texto que nos merece apreciação aqui, portanto a minha Camarada Ana Salvado já se referiu a ele, é o texto de CDS-PP. Nós entendemos que as famílias numerosas devem de ser apoiadas, na medida em que esse apoio se justifique. Que uma discriminação positiva de determinadas famílias em que é canalizada para essas famílias



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mais apoio do que para as outras, pressupõe que essas famílias tenham mais necessidade do que as outras e não apenas tenham mais filhos. Portanto, nós entendemos que este tipo de políticas exige que haja uma certificação de necessidade de apoio ao nível dos recursos. O CDS terá de nos dizer se é esse o seu entendimento ou não, se apenas pretendem apoiar as famílias numerosas, por serem numerosas nós não estamos de acordo e não viabilizaremos esta proposta.”

7.4.18 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em primeiro lugar relativamente às observações feitas quanto à nossa Moção, ela tem de facto um propósito que é o incentivo por discriminação positiva às famílias numerosas. E quando falamos nisso podemos olhar para a profunda crise demográfica que o país atravessa, assustadoramente revelada nos últimos censos, e que nos deveriam preocupar muitíssimo como o escreveu há uns tempos Pedro Lomba num artigo, esta é a mãe de todas as crises. É preocupante. E portanto esta é uma forma de incentivo às famílias que têm muitos filhos e que acolhem no seu seio crianças e jovens nos quais está o futuro do país. E portanto, se nós beneficiarmos todas as famílias numerosas, beneficiaremos certamente aquelas que têm carências materiais. E portanto mantemos o texto da nossa proposta, porque ela corresponde precisamente a essa necessidade que é absolutamente urgente de incentivar a natalidade, incentivar a existência de famílias com muitos filhos.

Depois relativamente à posição da CDU face a esta nossa proposta também não nos surpreende. Porque a CDU nesta Assembleia votou contra o Plano de Valorização dos idosos que o CDS apresentou, votou contra a proposta de apoio alimentar via aquilo que sobriaria nas superfícies e dos restaurantes como existe em muitos pontos do país e que permitiriam apoiar em momento de necessidade muitíssimas pessoas, e também votou contra a proposta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do CDS de manter abertas nas férias as cantinas escolares de maneira a poder também prestar algum apoio àqueles que estão mais necessitados. E portanto, a CDU e o PCP sabem falar muitíssimo em nome dos mais desfavorecidos, dos mais necessitados, enquanto não são eles que têm de tomar decisões. Porque a partir daí as coisas já são diferentes, e essas pessoas só têm interesse se beneficiarem de uma proposta que provenha da bancada da CDU. Qualquer outra merece o voto contra. Já estamos habituados, foi assim no passado, não deixará de ser certamente nos meses que faltam até Almada ter outra maioria a gerir os seus destinos.

Relativamente aos contentores eu gostaria de acrescentar só aqui algo que falta a esta discussão. Esclareço já a minha posição pessoal que é a mesma de há quatro anos. Sou contra. E falo aqui em nome pessoal, porque é a essa nível que desejo fazê-lo. Mas também não nos podemos esquecer o que é a Trafaria e aquilo que poderia ser a Trafaria. E o que é a Trafaria hoje é responsabilidade da Câmara Municipal de Almada, e da maioria que gere este Concelho há muitas décadas. A Trafaria podia ser de facto um polo de atração turística, podia ser uma zona típica que incluísse essa atividade piscatória como hoje já nos foi recordado aqui, que apostassem em nichos de turismo na sua gastronomia, da sua paisagem, mas ao contrário o que é que nós vimos crescer? Bairros clandestinos, património degradado, desordem urbana, enfim absolutamente marginalizada nas decisões da Câmara Municipal ao longo de todos estes anos, e agora a Câmara Municipal de Almada preocupa-se com os contentores. Mas também, eu acho que já percebi porque é que a Câmara Municipal de Almada se preocupa com os contentores, e volto a dizer eu estou contra, e estou contra porque acho que a paisagem é um elemento importantíssimo no património do Concelho e não deve ser destruída, e porque aquilo que deve ser o desenvolvimento económico da Trafaria não deve passar por este tipo de atividade, isso é verdade. Agora a Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Municipal de Almada revela o que quer depois aqui. A Câmara Municipal de Almada só está a arranjar espaço para conseguir negociar a vinda dos contentores para a Trafaria. E está a assumir uma posição contrária para poder ter peso negocial. E o que é que a Câmara Municipal de Almada quer? O Polis. Está aqui no ponto da proposta da CDU que faz aqui hoje, e por isso votarei contra, a favor da do PSD, contra a da CDU. Porque o que vem aqui não é a Trafaria, o que vem aqui é outra vez reeditar essa vergonha de Planeamento Urbanístico, essa vergonha de despesa e de gasto do dinheiro dos contribuintes que é o Polis e como está hoje e que devia é despudorada esta atitude da maioria, vem falar do Polis quando está à vista os resultados do que ele foi. E portanto é isto que pretende a maioria e atrás disso e arrastar o Polis a reboque deste problema dos contentores, isso não. E isso é enganar também as populações, porque vamos ver aquilo que é a posição da Câmara Municipal de Almada daqui para a frente e vamos ver se a Câmara não vai aceitar os contentores a troco de algumas contrapartidas.”

7.4.19 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente ao projeto dos contentores da Trafaria. O PSD em Almada sabe e sempre soube aquilo que pretende para o Concelho de Almada, as posições que toma são sempre no melhor interesse do Concelho de Almada, mesmo que muitas vezes tenham que ser contra a Administração Central e quando o PSD tem responsabilidades governativas. Porque independentemente de tudo, nós somos de Almada e pensamos em Almada. No entanto não somos cegos. Não somos cegos, sabemos pensar, sabemos conversar e sabemos analisar. Este projeto tem vários anos e várias décadas. Mas no entanto é curioso porque apesar de ter tantos anos e apesar de há tantos anos se ouvir falar do projeto da Costa da Trafaria, a Câmara Municipal constantemente nos bombardear com o projeto da Costa da Trafaria, e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tantos anos ter aparecido nos programas autárquicos da CDU, a verdade é esta, em mais de trinta e cinco anos de poder autárquico da CDU nunca foi feito absolutamente nada. E a Trafaria é o que é hoje também por culpa disso. E a grande obra que foi feita na Trafaria foi a reabilitação do passeio ribeirinho, a colocação da estátua junto ao Terminal, o saneamento e pouco mais, e esta é a realidade, porque a realidade é que continuamos a ter um Bairro do 2º Torrão que é uma vergonha e que nos envergonha a todos nós almadenses, continuamos a ter a zona da Cova do Vapor no estado em que está, que teve que ser despejado toneladas de pedra para que as águas e as marés vivas não levassem as casas e não levassem os barcos dos pescadores. E nada se fez. Porque a verdade é esta, se aquela zona já tivesse sido requalificada como há tantos anos eu ouço falar do projeto de reabilitação da Trafaria, se tivesse uma zona aprazível como temos aqui na Costa da Caparica, hoje nenhum Governo na sua sensibilidade e na sua sensatez iriam pôr ali um terminal de contentores. O problema é que aquela zona é o que é. É natural que as pessoas que moram e nas condições que moram no Bairro do 2º Torrão e na Cova do Vapor e nós conhecemos bem porque já visitámos várias vezes. O PSD há onze ou doze anos alertou não só o Governo central como a administração, visitamos e continuamos a ir aos locais, sabemos a realidade das pessoas, é óbvio que as pessoas que lá moram veem uma luz ao fundo do túnel. Não é à toa que pessoas do 2º Torrão dizem que se calhar até é bom, que se calhar é a única vez que se vão lembrar deles e os vão colocar num sítio condigno, com uma casa condigna, mesmo não gostando dos contentores. Pois o desespero chega a este ponto. E a verdade é esta Sr. Presidente, este projeto da Costa da Trafaria, parece o projeto da Quinta do Almaraz e outros, que há anos e anos e anos ouvimos falar e não saem do papel. Eu sou autarca na Freguesia de Cacilhas há onze anos e duas vezes é que consegui visitar a Quinta do Almaraz, uma das vezes o portão estava aberto e outra foi numa visita



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com técnicos da Câmara. E há onze anos que ouço falar na requalificação da Quinta do Almaraz. Claro que agora quando vier outubro de 2013, lá vai aparecer outra vez no Programa da CDU. Requalificação da Quinta do Almaraz, Cais do Ginjal, Morro de Cacilhas, vai aparecer também a Costa da Trafaria, vai aparecer o Polis, vai aparecer o projeto Almada Poente. Infelizmente é esta a realidade que temos. Obviamente que o terminal de contentores causa os problemas que causa, todos nós sabemos isso, mas a Trafaria precisa de atenção, não dizemos que esta é a solução para a Trafaria mas leia-se o que está na nossa Moção, leia-se o que lá se diz. Além disso eu gostaria de vos ler só o seguinte, muito rapidamente, um documento que é um comunicado do Governo e está disponível para qualquer pessoa, basta ir à internet e veem. E diz lá claramente que o plano vai incidir principalmente em sede de Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. E nos considerandos que faz depois diz “Seixal nova estação náutica, Almada requalificação da zona ribeirinha, do porto de pesca e criação do terminal de contentores. Barreiro projeto das áreas da carga náutica de recreio, ordenamento da pesca” e por aí fora e fala dos outros Concelhos. É isto que nós temos que debater, é tentar requalificar a zona, é dar melhores condições às pessoas, é de uma vez por todas os pescadores terem um porto de pesca em condições. Por exemplo em Cacilhas, a Margueira que é um problema que também lá existe, não só os pescadores da Trafaria, lá também é um problema grave, são menos é verdade, mas também têm esse problema e têm que andar a atracar junto aos terminais da Transtejo. Se a politiquice e a política é isto, eu não quero fazer política. Agora sejamos sérios, não vamos enfiar a cabeça debaixo da areia, depois confrontamo-nos com a realidade como acontece com outros assuntos que aqui somos sempre do contra, depois a realidade vem e somos ultrapassados por ela, e continuamos a ter a Trafaria. Se o terminal não for feito agora eu desafio-os sinceramente a ver nos próximos anos a ver o que é que vai ser feito na Trafaria, o que é que vai ser feito? É que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nós já debatemos este assunto aqui em 2005, ou em 2004, ou em 2006, pelo menos podia ter havido a visão de pensar assim, se nós requalificarmos pelo menos alguma coisa que seja e ajudarmos as pessoas que lá estão, se calhar não se voltam a lembrar de pôr lá o terminal de contentores. O que é que foi feito? Zero. O que é que foi feito? Nada. E as pessoas obviamente continuam neste impasse sem saber o que há de ser delas, principalmente os que moram naquela zona, que é uma zona complicada.

Rapidamente para não perder muito mais tempo. Só temos duas questões a colocar em relação a outras Moções ou Saudações.

Saudação do Arsenal do Alfeite. Eu acho extraordinário que a CDU tenha necessidade de vir aqui fazer uma saudação ao seu próprio trabalho e dizer assim “a Assembleia Municipal reunida em Sessão Ordinária nos dias 27 e 28 de fevereiro, saúda o Grupo Parlamentar do PCP”. Isto é fantástico, isto é um elogio em causa própria. Sinceramente nunca tinha visto, e é extraordinário que agora haja necessidade de saudar os próprios Deputados do PCP. Nós felizmente sabemos o trabalho que os nossos próprios Deputados fazem e não precisamos de andar a saudá-los. A Sr.^a ri-se porque não conhece o trabalho, se conhecesse não se ria. Aliás os Deputados do PSD foram os primeiros a dizer que queriam explicações do Governo e foram os primeiros a ir saber das explicações do Governo para o terminal de contentores da Trafaria. Pois é o problema é que isto muitas vezes não se gosta. Mas foram lá e foram lá tentar saber o que é que se passava. E dizer ao Governo, meus Srs. atenção que moram lá pessoas nestes sítios, porque é óbvio que há muita gente que não conhece a realidade como nós conhecemos, é verdade, nós moramos aqui, crescemos aqui, conhecemos as pessoas, até os próprios desenhos que aparecem por exemplo no Expresso desta semana apareceu um desenho que olhando para aquilo, qualquer pessoa que mora aqui sabe que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aquilo está perfeitamente errado, porque uma ligação ferroviária como lá está desenhada é impossível, teria que fazer um túnel debaixo da arriba. Mas isto é óbvio para quem cá mora.”

7.4.20 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não tinha intenção de falar na Assembleia neste período da ordem do dia, mas perante as intervenções, as duas últimas que foram feitas, naturalmente não posso deixar de intervir. Não posso deixar de intervir porque de facto quando se tem dificuldade em encontrar argumentos para defender o indefensável usa-se tudo. E foi o que acabámos de ouvir. Usa-se tudo menos aquilo que está em causa. Porque se trata de defender o indefensável. Nós já tivemos o assunto do terminal de contentores na Trafaria por variadíssimas vezes nesta Assembleia, conforme hoje aqui se referiu. E é fantástico como em todos os momentos em que esse assunto veio à Assembleia houve unanimidade, houve consensualidade, porque se considerou que a ocupação do Rio e a ocupação do território da Trafaria em centenas de hectares era não só um atentado ambiental e é e continua a ser, como também um atentado social e um atentado do ponto de vista histórico. Nós estamos a falar de um território que tem história, de um território que tem pessoas e de um território do ponto de vista ambiental que tem também uma biodiversidade riquíssima e tem uma natureza invejável, para além das paisagens que também são um património. Mas, eu queria aqui deixar nota que não me admira que hoje em dia o Instituto tenha deixado de ser de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, deixou de existir biodiversidade e seja só da Conservação da Natureza, das Florestas, já não há biodiversidade. As preocupações com a biodiversidade desapareceram. Também desapareceu a preocupação com as questões fundamentais que levaram os diferentes eleitos na Assembleia Municipal, e estão aqui a maior parte, a terem votado variadíssimas vezes contra a ocupação do Plano da Água, da entrada da Barra do Rio e do território da Trafaria com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

terminais de contentores. Quem é verdadeiro e é coerente tem sentido de missão municipal e de autarca até às últimas consequências, tem sempre presente aquilo que foram as decisões do Município, da sua Assembleia Municipal, tem sempre presente e seja quem for que esteja no Governo com base nessas decisões, não tem hesitação nenhuma quando volta a aparecer na ordem do dia o assunto, porque ele já esteve em tempos a dormir, esteve mais ao menos enterrado e agora volta novamente à superfície. Não tem dúvidas nenhuma em assumir posição e não se vende. Não se vende por coisa nenhuma, há quem se venda por um prato de lentilhas. Na Câmara de Almada ninguém se vende, ninguém se vende por coisa nenhuma, por coisa nenhuma. E portanto não há hesitações em fazer ouvir a voz do Concelho, seja junto dos governantes, seja junto da comunicação social, seja procurando juntar todos os autarcas porque de facto há uma unanimidade no Concelho, havia até este momento uma unanimidade no Concelho, relativamente a dizer não ao terminal de contentores na Trafaria. Há muitas imagens, há esta imagem que põe o Fecho da Golada e faz esta ocupação, mas há outras, há aquela que apresenta como ocupação a seguir à Silopor até à Cova do Vapor e para além da Cova do Vapor, em que no Plano de Água são duzentos hectares e em terra é acima dos cinquenta hectares, há muitas imagens e quem anda atento, e quem é coerente e consequente naturalmente que não fecha os olhos. Porque nós queremos trabalho, em Almada a população e os autarcas querem trabalho. E o maior projeto de trabalho que está aí e que devia andar era o Arco Ribeirinho Sul que gerava mais de sessenta mil postos de trabalho, não é quatrocentos e tal com um porto, ou mil indiretos com um porto, são mais de sessenta mil postos de trabalho, mas esse está em banho maria. E o da CostaPolis também está em banho maria, faz que anda mas não anda. E também gerava algumas dezenas de milhares de postos de trabalho, gerava, isso está equacionado. Os trabalhos que foram feitos dos estudos de enquadramento estratégico, dos planos estratégicos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

põem em evidência tudo isso. É preciso ler, os documentos estão disponíveis, basta ler e percebe-se toda a fundamentação a todos os níveis, da viabilidade económica, das questões ambientais, das questões geotécnicas, das questões geológicas, das questões sociais, das questões do emprego, percebe-se tudo, está lá tudo. De facto esses documentos demoram anos a fazer, os consensos para pôr esses projetos a andar demoram muitos anos, mas é preciso não desistir deles porque se não se desistir deles, se não se desistir da população, se não se desistir daquilo que se construiu com convergências, com diálogo, com entendimentos, se não se desistir por caprichos, porque agora vieram outros e então agora vai-se fazer diferente, vamos para a frente. Agora, se não for assim naturalmente que abandonamos aquilo que foi o património de decisão. Eu costumo dizer muitas vezes nesta Assembleia que é importante que aquilo que são os desígnios municipais nos levem a ponderar, a refletir e a encontrar consensos, unanimidades, porque não? Unanimidade, e já várias vezes e sobre esta matéria nós tivemos unanimidade, e já houve aqui momentos em que também por entendermos que os desígnios municipais são importantes e não é para nós os autarcas, é para a população no seu conjunto, já houve momentos em que isso foi assumido e saúdo aqueles que o fizeram. Lembro-me em relação ao Polis da Costa da Caparica que o Partido Socialista tinha apresentado aqui uma iniciativa para esta Assembleia, e que de uma forma muito séria e louvável achou que fazia sentido retirar em nome desse desígnio importante, municipal, que são os interesses da nossa população. Eu convido o PSD a retirar a sua proposta. Convido porque isso que aí está vai dividir, a primeira coisa que eu fiz foi juntar todos os nossos autarcas, todos os nossos autarcas de freguesia, fazer tudo por tudo para que nós em conjunto uníssemos. O nosso Presidente da Assembleia Municipal, porque tínhamos uma decisão municipal, nós não estávamos a trabalhar pela cabeça de cada um, nós estávamos a trabalhar porque havia uma unanimidade municipal relativamente a este



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

processo. Foi no tempo do Partido Socialista pois foi, mas também foi no tempo do PSD pois foi, e agora volta a ser no tempo do PSD.

Meus queridos amigos seja quem for que esteja no Governo, vale mais o povo de Almada, vale mais os interesses do nosso Concelho, com certeza porque é por eles que nós fomos eleitos e é para eles que nós exercemos a nossa missão e é a eles que nós temos o dever de dar resposta da forma como exercemos o mandato que a nós confiaram. E de facto eu gostava de deixar aqui esta mensagem, porque nós em vinte e quatro horas conseguimos pôr na rua um convite à população, aos autarcas, aos agentes sociais e do desenvolvimento local e nós em vinte e quatro horas tivemos a Sociedade Musical Trafariense a transbordar com as pessoas que ali estiveram e que conhecem, porque as pessoas que estiveram na Sociedade Musical Trafariense não foram ali ouvir pela primeira vez falar deste assunto. Aquela casa encheu-se ao longo dos anos e por muitas vezes para debater e decidir o que é que queria para o seu território e o que é que não queria para o seu território. E de facto o que está aqui é um crime tremendo, é um crime hediondo. E eu digo, se isto é negócio é um qualquer negócio mas não é nem nunca será da Câmara de Almada, pode ser um negócio qualquer da China ou de outro lado qualquer, porque o que nós não podemos é aceitar (sim, sabe o que é o negócio da China? Isto é um dito popular há muito tempo) talvez também possa ser daí, porque não? Nós já temos Singapura em Sines e temos a China aqui na APL, já temos aqui naturalmente uma empresa chinesa aqui no Porto de Lisboa, competir a Malásia com a China aqui dentro de Portugal não me parece que seja o caminho correto. Mas é isso que pode estar a acontecer. É aquilo que faz mais sentido é o Porto de Sines que está em grandes obras, que tem condições extraordinárias para continuar a acolher tudo aquilo que é um grande porto nacional, um grande porto nacional de águas profundas, é no Porto de Sines que a grande expansão portuária deve acontecer. E não é aqui, seja em Lisboa, seja



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em Almada, não é aqui, aqui tem que haver um porto, mas um porto com a sua dimensão e com o seu papel no contexto dos portos portugueses. É que as mercadorias, também é importante dizer isso, se por ventura viessem para aqui para este lado iam para sul, iam para o Poceirão e depois tinham que vir para Lisboa. A maior parte das mercadorias que são descarregadas hoje no Porto de Lisboa vão para norte e portanto também desse ponto de vista não se percebe como é que se vão encarecer as mercadorias que vão chegar às empresas, que vão chegar às pessoas muitíssimo mais caras. Eu não percebo que negócio é este, e digo olhos nos olhos, não percebo que negócio é este. Mas que deve ser um grande negócio, deve ser um grande negócio.

Agora, em primeiro lugar é um crime ambiental, é um crime social, é um crime que mata a história deste território, que não gera o emprego que nós precisamos que seja gerado, é bom um, dois, dez, vinte, mas não à custa disto, não é com este crime medonho que está aí em marcha e nós podemos com o projeto da Costa e daquilo que nós temos perspetivado para o nosso Concelho e do Arco Ribeirinho Sul, criar dezenas de milhares de postos de trabalho. E já disse mais de sessenta mil, Arco Ribeirinho Sul, e estamos a fazer diligências e andamos aí, não andamos com um sino, mas andamos por todo o lado a fazer o nosso trabalho junto de governantes e junto de muitas entidades no sentido da promoção destes territórios, onde quer que seja e há muitas zonas do mundo onde ele pode ser promovido. Portanto eu deixava aqui um apelo ao PSD para que em nome da população, em nome do desenvolvimento do nosso Concelho, em nome da defesa daquilo que é a nossa riqueza natural, humana e do desenvolvimento económico que não desse uma machadada na união que este Concelho tem tido ao longo dos anos relativamente a este assunto. Este assunto não é novo, não começou hoje aqui, chegou hoje aqui pela terceira ou quarta vez e não é



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

porque está lá o Governo do PSD, que o PSD de Almada deveria mudar a sua posição. Digo mesmo isto com toda a clareza e digo no sentido construtivo, não digo noutra sentido.”

7.4.21 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu pedido de intervenção prende-se um bocado para fazer alguns comentários a justificações e a acusações que nós não podemos calar, porque isto quando se cala é porque não temos tempo, mas calar não é consentir.

O Sr. Deputado do CDS diz que a CDU vota sempre tudo contra, até votou contra uma Moção em que não esteve de acordo que as pessoas fossem buscar os restos aos restaurantes. É verdade Sr. Deputado, e vamos continuar a votar contra isso, sabe porquê? Porque nós não queremos que as pessoas, aos Partidos que estão no Governo, e provocam a miséria, que provocam a exclusão social, nós não queremos que passem mais pela humilhação de ter que ir buscar os restos dos restaurantes. E portanto vamos continuar a votar contra. (desculpe, não estou a ser séria?) sabe perfeitamente que era essa, e sabe perfeitamente Sr. Deputado que na Câmara de Almada os Comunistas da Câmara de Almada, como o Sr. diz, já hoje promovem apoios sociais muito significativos, olhe designadamente a quem não tem dinheiro para pagar a água, ninguém lhe corta a água, e a quem se fornecem milhares de refeições, que a única refeição quente que as pessoas comem, que as crianças comem é na escola e é um suporte da Câmara Municipal de Almada. Portanto o Sr. é que não é sério na argumentação. Por outro lado também lhe quero dizer que no debate político, debate-se coisas no contexto e com seriedade, não se manda atoardas para se dizer que o Sr. está num Concelho que apoia efetivamente as famílias mais carenciadas. Não faça política dessa maneira porque isso não é bonito. Porque o Sr. tem uma Ministra que hoje faz uma Lei e quer uma Lei que vai provocar o despejo de milhares e milhares de pessoas. Porque



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

durante cinco anos quem hoje tem sessenta e cinco anos não é despejado, mas quando tiver setenta vai para a rua, e o Sr. sobre isso não diz uma única palavra.

Já agora dizer aos Srs. Deputados que acham estranho que o Grupo Municipal da CDU diga e saúde a iniciativa do seu Grupo Parlamentar, o que eu gostava de saber é se os Srs. estão efetivamente contra ou a favor com o que se está a passar no Arsenal do Alfeite. E no dia em que os seus Grupos Parlamentares na Assembleia da República fizerem uma iniciativa de defesa de Almada, do Arsenal do Alfeite, das populações, dos trabalhadores pode crer que nós vamos aplaudir. Agora, não fazemos é essa coisa feia na política, vejam lá o PCP vir saudar uma iniciativa, o que o PCP está a saudar aqui é a iniciativa de um Grupo Parlamentar que na Assembleia da República tudo fará para que o Arsenal do Alfeite não morra, para que o Arsenal do Alfeite não desapareça. E eu quero é saber se o Sr. está de acordo com a iniciativa ou se está em desacordo com a iniciativa aqui do Grupo Parlamentar do PCP.”

7.4.22 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só para esclarecer aqui duas ou três situações e não respondendo obviamente a tudo, porque achamos que só devemos responder ao que é realmente importante.

Os projetos do Arco Ribeirinho para se concretizar precisam de viabilidade económica. E nós sabemos a realidade que vivemos, conhecemos bem a realidade e conhecemos bem a empresa Baia Tejo, sabemos o que é que pretendem, ponto em relação a esse assunto.

Nós estaremos sempre, e a posição do PSD de Almada é sempre no interesse de Almada, por isso fizemos a Moção que fizemos. Nós estaremos sempre ao lado, e do que for preciso, da população de Almada. E como não queremos que mais uma vez estejamos contra todos um projeto e depois a seguir vai ficar exatamente tudo na mesma e que daqui a uns anos se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

calhar estaremos aqui a discutir exatamente o mesmo assunto e o Bairro do 2º Torrão estará como está e a Costa da Trafaria estará como está, nós não defendemos o terminal de contentores, mas defendemos uma transformação, defendemos uma viabilização do território da Trafaria. Não queremos especulação imobiliária na Mata de São João da Caparica, que fique claro, achamos que devia ser um pulmão verde daquela zona. Ainda o é hoje apesar de estar cercado e com cancelas, mas mante-lo e abri-lo à população, isso é que nós queremos. Queremos viabilizar uma alternativa para a Trafaria, não é dizer que não a tudo e depois a Trafaria daqui a quatro ou cinco anos está exatamente na mesma posição. Porque em 2005 quando tivemos esta conversa, chegámos a 2013 exatamente na mesma posição. O PSD não retira obviamente e tem a posição que tem e vai mante-la porque acreditamos que é a posição que defende Almada e defende os almadenses. Nós no PSD temos essa visão um pouco diferente, por isso é que nós aqui apresentamos as nossas ideias e não as ideias da CDU, são as ideias que o PSD tem e que são claras para Almada.”

7.4.23 - O Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Eu estou aqui num dilema muito grande, mas vou confessar o meu dilema, por uma questão também de lealdade perante vós.

Eu tive com a Sr.ª Presidente da Câmara reunião, fez segunda-feira oito dias, com o Sr. Ministro da Economia, o Ministro Álvaro Santos Pereira. Nesse dia foi-nos colocado pelo Sr. Ministro o que é que o Governo pretendia fazer com a Trafaria, e foi-nos colocado também o que é que, se aceitássemos, era dado em troca. Requalificação urbana, terminal de cruzeiros, eu sei lá, era tudo. A nossa resposta foi uma, nós temos uma visão para o Concelho, para o eixo Trafaria-Costa e para a Trafaria, e é isso que continuaremos a defender seja onde for, até foi dito que lembrávamo-nos do terminal cerealífero e da quantidade de postos de trabalho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que nos disseram que íamos ter e depois o que é que aconteceu. O Sr. Ministro pediu-nos na altura reserva, eu tive o cuidado de dizer ao Sr. Ministro o que é que ele entendia por reserva, porque queríamos ser leais na conversa que estávamos a ter e como tal devia ser esclarecido o que era a reserva. A reserva disse-nos, é que ia considerar a reunião que estava a ter connosco e que até poderia depois contactar-nos para dizer algo mais. Entretanto há a conferência de imprensa e desenvolve-se a apresentação do Terminal como sabeis.

Eu a opinião que tenho é que neste momento não estou a cometer nenhuma falta em vos estar a divulgar isto, porque considereei que essa reserva da conversa ali tida era até o Sr. Ministro anunciar. Portanto, era isso que vos queria dizer daquilo que realmente se passou. E como o Município de Almada e os seu representantes lidam com estas questões e nomeadamente informar o Sr. Deputado Fernando Pena daquilo que foi, do que era oferecido, mas da posição coerente que mantivemos relativamente àquilo que nos era proposto tendo em conta não só a nossa posição individual, mas acima de tudo a posição que era a posição dos cidadãos da Trafaria, da população e também a afirmação que tinha sido as deliberações dos órgãos autárquicos e nomeadamente da Assembleia Municipal.

Está dada a explicação.”

7.5 - Não havendo mais pedidos para o uso da palavra foi encerrado o debate e após verificação do quórum passou-se à votação dos documentos apresentados.

7.5.1 - A Moção/Deliberação Em Defesa da Cultura, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.5.2 - A Moção/Saudação à Candidatura da Arrábida a Património Mundial, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Mara Figueiredo - Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, foi aprovada por unanimidade.

7.5.3 - A Moção/Deliberação sobre Orçamento Estado 2013 - normas inconstitucionais - Receitas do IMI, apresentada pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) e sete votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e CDS-PP).

7.5.4 - A Moção/Saudação ao 30º Aniversário IMARGEM, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por unanimidade.

7.5.5 - O Projeto Recomendação sobre Cartão Municipal para famílias numerosas, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Fernando Pena, foi rejeitado com trinta e cinco votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) e sete votos a favor (de eleitos do PSD inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).

7.5.6 - A Moção/Deliberação Vinte Anos da Casa da Cerca, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas, foi aprovada por unanimidade.

7.5.7 - A Moção/Deliberação sobre Arrendamento Urbano - Lei das Rendas, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) seis votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena).

7.5.8 - A Moção/Resolução sobre Terminal de Contentores na Trafaria, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com trinta e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do BE) dois votos contra (de eleitos do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica).

7.5.9 - A Moção/Deliberação sobre Requalificação Urbana e Valorização Ambiental e o Desenvolvimento da Costa da Caparica - O Plano Estratégico do Programa Polis, apresentado pela Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovada por maioria com quarenta votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE) e dois votos contra (de eleitos do CDS-PP).

7.5.10 - A Moção/Deliberação sobre o Arsenal do Alfeite ao serviço da Marinha, dos Trabalhadores e do País, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça - Presidente da Junta de Freguesia da Cova da Piedade, foi aprovada por maioria (com alterações) com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e do BE), cinco votos contra (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica) e doze abstenções (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, e do CDS-PP).

7.5.11 - A Moção/Saudação 8 de Março - Dia Internacional da Mulher, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Elisabete Pereira, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do BE e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco) e seis abstenções (de eleitos do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena).

7.5.12 - A Moção/Deliberação Contra a Austeridade e o Empobrecimento, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e do BE) e dezassete votos contra (de eleitos do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP).

7.5.13 - A Moção/Deliberação Porto de contentores na Trafaria, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado, foi rejeitada por maioria com trinta e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda, e do PS, inclusive a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria), seis votos a favor (de eleitos do PSD,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal Fernando Pena) e de quatro abstenções (de eleitos do BE e do CDS-PP - Sr. Deputado Municipal António Maco).

7.6.4 - Deu-se por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.7 - Entrou-se no Período da Ordem do Dia e no ponto 3.1 da agenda com votação para Designação de Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (Lei nº 147/99).

7.7.1 - Foi assim declarado aberto o período de apresentação de candidaturas.

7.7.1.1 - Deu entrada na Mesa uma proposta de Candidatura designada por Lista A, para Designação de Cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada: Luís Filipe da Cruz Pereira, (**Conforme Anexo XXXVI**).

7.7.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto.

7.7.2.1 - Após a distribuição dos boletins de voto houve pedidos de uso da palavra dos Srs. Deputados Municipais Ana Margarida Lourenço, Fernando Pena e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

7.7.2.1.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não querendo ser muito picuinha com estas coisas, quer-me parecer que este boletim, dado que só há uma lista não deveria ter sido apresentado assim, deveria apresentar duas hipóteses, ou voto contra ou voto a favor, porque a votos nas listas ou neste caso nas pessoas, só aparece desta forma quando é alternativa, mas isto é a interpretação que eu faço. Não me parece que este voto seja válido para a votação que vamos ter, caso só tenha sido apresentado de facto só uma lista.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.7.2.1.2 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Isto está feito com uma inteligência e levada ao extremo, é que dá para tudo, é válido, proque se meter um S é sim, se meter um N é não, se meter um A é abstenção e se não meter nada é voto branco, e se fizer um risquinho é voto nulo.”

7.7.2.1.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:

“Sr. presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente eu acho que essa solução é pior, de facto há só uma lista, poderia haver mais e penso que os Deputados Municipais votam na lista ou não. E portanto o voto é exercido com uma cruz, não com letras.”

7.7.3 - Não havendo mais pedidos e uso da palavra e após verificação do quórum realizou-se as chamadas, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto, assinalando com S, N e A ou branco ou nulo.

7.7.4 - Findas as votações os Srs. Deputados Secretários da Mesa procederam ao escrutínio.

7.7.5 - O Presidente anunciou o resultado da votação em que se registou:

7.7.5.1 - A Lista A obteve vinte e nove (29) votos sim; dois (2) votos não, uma (1) abstenção e nove (9) votos brancos, sendo os votantes 41.

7.7.5.2 - Para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi assim designado o seguinte cidadão: Exm.^o Senhor Luís Filipe da Cruz Pereira, Deputado Municipal.

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 28 de fevereiro.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Maria Amélia de Jesus Pardal, Rita Magda Pereira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Nuno Filipe Miragaia Matias.

10- Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhor Miguel Ribeiro e Senhora Sandra Guerreiro, Boletim Municipal DIRP - CMA, e de quarenta e dois Srs. Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 28 de fevereiro de 2013.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____